

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Preto
Especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural

Renan de Castro Costa Homem

**ENTRE O PROGRESSO E O APAGAMENTO: a expansão urbana e a perda da
referência da Praça São Francisco de Assis em Belo Horizonte (MG)**

Ouro Preto
2025

Renan de Castro Costa Homem

**ENTRE O PROGRESSO E O APAGAMENTO: a expansão urbana e a perda da
referência da Praça São Francisco de Assis em Belo Horizonte (MG)**

Versão Final

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural do Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof^ª. Me^ª. Bárbara Helena Almeida Carmo.

Ouro Preto

2025

H765e Homem, Renan de Castro Costa.
Entre o progresso e o apagamento [manuscrito] : a expansão urbana e a perda de referência da Praça São Francisco de Assis em Belo Horizonte (MG) / Renan de Castro Costa Homem. – 2025.
95 f. : il.

Orientadora: Barbara Helena Almeida Carmo.
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto, 2025.

1. Patrimônio Cultural. 2. Memória. 3. Espaços urbanos. I. Carmo, Barbara Helena Almeida. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto. III. Título.

CDU: 719

Catálogo: Kelly Cristiane Santos Morais - CRB-6/3217



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Preto
Diretoria de Ensino
Docência de Área de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas
Av. Professor Mário Werneck, 2590 - Bairro Buritiz - CEP 30575-180 - Belo Horizonte - MG
- www.ifmg.edu.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

RENAN DE CASTRO COSTA HOMEM

ENTRE O PROGRESSO E O APAGAMENTO: A EXPANSÃO URBANA E A PERDA DA REFERÊNCIA DA PRAÇA SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM BELO HORIZONTE (MG)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - *Campus* Ouro Preto, como parte dos requisitos para a obtenção do título de ESPECIALISTA em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural.

Aprovado em 24 de janeiro de 2025, pela Banca Examinadora:

Profª. Me(a) Bárbara Helena Almeida Carmo (IFMG-Campus Ouro Preto) – Orientadora
Profª. Me(a) Paola Macedo Gomes Dias Villas Bôas (IFMG-Campus Ouro Preto)
Profª. Dr(a) Priscila Mesquita Musa (Escola de Arquitetura e Urbanismo/UFMG)

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Helena Almeida Carmo, Professora**, em 28/01/2025, às 09:20, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paola de Macedo Gomes Villas Boas, Professora**, em 28/01/2025, às 11:34, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila, Usuário Externo**, em 03/02/2025, às 16:14, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2177829** e o código CRC **33E0E61A**.

23213.000093/2025-39

2177829v1

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa representou mais do que um simples estudo: foi uma jornada de descoberta, conectando memórias e histórias de familiares sobre um lugar do qual ainda que próximo, desconhecia a existência. Uma história vivenciada pelos meus avós, José Morais e Íris Neves, que se estabeleceram no bairro no final da década de 1950, sobre minha mãe, Márcia, e meu pai, Milton, de Rio Pomba, Minas Gerais, após sua chegada na Capital nos anos 1970. Tive a oportunidade de conhecer mais sobre essas e outras vivências abordadas em um recorte de um universo tão grande de experiências sobre esse espaço urbano.

O estudo teve seu pontapé inicial após a apresentação de um trabalho sobre o bairro Lagoinha, em especialização concluída na UFMG no início de 2024, quando sugerida a ideia: *"Por que não falar do nosso bairro? Havia uma escola do Niemeyer e uma igreja que frequentávamos ali perto do viaduto"*, disseram meus pais. A partir desse momento, o tema se expandiu, contando com a colaboração essencial de antigos moradores e frequentadores, muitos dos quais ainda guardam memórias dessa perda material da própria história.

Este foi um trabalho desenvolvido por muitas mãos e que não se encerra aqui. Há ainda muito para entender sobre a Praça São Francisco de Assis e seu apagamento, especialmente no impacto que causou nas relações sociais da antiga comunidade, agora fragmentada.

Quero expressar minha gratidão a todos que ainda mantêm viva essa memória e que contribuíram para a realização desta pesquisa que de muito bom grado dedicaram seu tempo para compartilhar memórias e experiências, além do compartilhamento das fotos pessoais; aos colegas da Diretoria de Patrimônio Cultural, com sugestões para as linhas de investigação, em especial à Lelena, pela s contribuições na revisão; aos professores do IF, à professora Paola pelas conversas iniciais; e à professora Bárbara, por sua orientação, apoio e confiança nesse processo, especialmente em se tratando de um percurso marcado por limitações e algumas surpresas, ou situações de azar – que no fim, deu certo.

E à Maria Alice, que aproveito para agradecer em toda e qualquer oportunidade por todo e qualquer motivo, nunca falta.

Muito obrigado a todos vocês. Este trabalho é, acima de tudo, um reflexo da colaboração e da generosidade de cada um que compartilhou experiências, memórias e saberes.

RESUMO

Esta monografia explora a história e a memória de comunidades dos bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco em Belo Horizonte, Minas Gerais, concentrando-se na antiga Praça São Francisco de Assis, um espaço que teve grande importância histórica, cultural e simbólica para a região. A pesquisa investiga como os conceitos de lugar, identidade e pertencimento influenciam a construção e, por vezes, a desconstrução do espaço urbano, bem como o direito à memória na formação das identidades individual e coletiva. Utilizando métodos qualitativos, adotando o uso de grupos focais e entrevistas semiestruturadas, o estudo busca reconstruir a imagem da Praça por meio das memórias e experiências desses antigos usufrutuários. Além disso, a pesquisa discorre, por fim, sobre como o ideal de desenvolvimento urbano, guiado por interesses, muitas vezes, alheios ao contexto pode afetar as comunidades locais, resultando na perda de referências históricas essenciais para a construção e manutenção da identidade da cidade. O trabalho é estruturado em torno de análise teórica, contextualização histórica e discussões sobre os impactos desse processo de apagamento da comunidade da Praça São Francisco de Assis. Com o registro desta, dentre tantas outras histórias relegadas ao esquecimento na capital Belo Horizonte, espera-se contribuir para a valorização e a preservação do patrimônio histórico e da memória urbana da cidade.

Palavras-chave: patrimônio cultural; memória; espaço urbano; Praça São Francisco de Assis; Belo Horizonte.

ABSTRACT

This monograph explores the history and memory of communities in the Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha, and São Francisco neighborhoods in Belo Horizonte, Minas Gerais, focusing on the former São Francisco de Assis Square, a space of great historical, cultural, and symbolic importance to the region. The research investigates how the concepts of place, identity, and belonging influence the construction and, at times, the deconstruction of urban spaces, as well as the right to memory in shaping individual and collective identities. Using qualitative methods, including focus groups and semi-structured interviews, the study aims to reconstruct the image of the Square through the memories and experiences of its former users. Furthermore, the research discusses how the ideal of urban development, often driven by interests disconnected from local contexts, can impact communities, leading to the loss of essential historical references crucial to the construction and preservation of the city's identity. The work is structured around theoretical analysis, historical contextualization, and discussions on the impacts of this process of erasure on the São Francisco de Assis Square community. By documenting this story, among many others relegated to oblivion in Belo Horizonte, the study hopes to contribute to the appreciation and preservation of the city's historical heritage and urban memory.

Keywords: cultural heritage; memory; urban space; São Francisco de Assis Square; Belo Horizonte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Planta geral da Cidade de Belo Horizonte, 1895.....	31
Figura 2: Avenida Pampulha no início de sua abertura, 1940.....	33
Figura 3: Detalhes dos preparativos para a instalação da linha de bondes para a Pampulha, na avenida Antônio Carlos.....	33
Figura 4: Mapa de localização dos bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco, e Praça São Francisco de Assis.....	35
Figura 5: Fábrica do Cachoeirinha, década de 1930.....	36
Figura 6 Grupo Escolar do bairro Cachoeirinha, 1929.....	37
Figura 7: Vista parcial da Vila São Francisco, via de acesso ligando a Avenida Presidente Antônio Carlos ao Quartel do Exército: rua Santo Antônio, hoje rua Alentejo.....	38
Figura 8: Abertura da avenida da Pampulha, atual Antônio Carlos, em 1942.....	41
Figura 9: Aerocarta, 1953.....	42
Figura 10: Grupo Escolar Juscelino Kubitschek, década de 1950.....	44
Figura 11: Grupo Escolar Júlia Kubitschek, construída no ano de 1951, em Diamantina.....	45
Figura 12: Igreja São Francisco de Assis em imagem da década de 1960 colorida digitalmente.....	46
Figura 13: Jovens na Primeira Comunhão na antiga igreja.....	46
Figura 14: Detalhe do revestimento com técnica com uso pedras semipreciosas assentadas em placa cimentícia.....	46
Figura 15: Aerocarta, 1972.....	48
Figura 16: Anexo construído na área posterior do Grupo Escolar.....	48
Figura 17: Crianças junto ao Grupo Escolar Juscelino Kubitschek, com muro instalado alguns anos após a duplicação do Anel Rodoviário.....	49
Figura 18: Do campo de futebol, estacionamento e trecho da fachada lateral e posterior da igreja.....	49
Figura 19: Praça com área de estacionamento entre a igreja e a escola.....	50
Figura 20: Jovens posam para foto ao lado da Igreja São Francisco de Assis.....	51
Figura 21: Um dos entrevistados, acompanhado de seu irmão e primos à frente da igreja em reforma.....	51
Figura 22: Interior da igreja, em que possível visualizar piso em ladrilho hidráulico e vitral ao fundo.....	52

Figura 23: Vista parcial do altar, em que possível identificar o uso de pedras nos espelhos dos degraus e base de crucifixo.....	52
Figura 24: Interior da igreja, lateral com uso de cobogó.....	52
Figura 25: Anel Rodoviário e Viaduto São Francisco, 1963.....	53
Figura 26: Anel Rodoviário e Viaduto São Francisco com vista para a Praça São Francisco de Assis.....	54
Figura 27: Vista sentido Centro a partir do Viaduto São Francisco.....	55
Figura 28: Vista sentido Pampulha a partir do Viaduto São Francisco.....	55
Figura 29: Aerocarta, 1979.....	57
Figura 30: Residência pertencente a uma das entrevistadas, remanescente em área do bairro Nova Cachoeirinha.....	62
Figura 31: Grupo de Jovens da Igreja São Francisco de Assis.....	64
Figura 32: Planta de Edificações, 1986.....	66
Figura 33: Imagem aérea, 1989.....	67
Figura 34: Imagem aérea, 1994.....	68
Figura 35: Situação atual da área em vista por satélite.....	69
Figura 36: Vista para a área hoje caracterizada por ocupações.....	72
Figura 37: Nas desapropriações mais recentes, alargamento da avenida Presidente Antônio Carlos, áreas subutilizadas.....	72
Figura 38: No entorno, algumas das antigas edificações ainda presentes, sem informações sobre os proprietários.....	73
Figura 39: Área do retorno do anel subutilizada e ocupações que se consolidaram após as desapropriações.....	73
Figura 40: Área onde localizada a antiga Praça São Francisco de Assis.....	74
Figura 41: Vista para o Viaduto São Francisco a partir da avenida Presidente Antônio Carlos, Estação Cachoeirinha.....	74
Figura 42: Vista atual para o Centro de Belo Horizonte. Ao fundo, a Serra do Curral.....	75
Figura 43: História do arquitetônico e paisagístico da Praça São Francisco de Assis na atual igreja no bairro São Francisco é compartilhada na comemoração dos 65 anos da Paróquia.....	81

ABREVIATURAS

ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais

APCBH - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

APM - Arquivo Público Mineiro

CCNC - Comissão Construtora da Nova Capital

CHISBEL - Coordenação da Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte

DNEF - Departamento Nacional de Estradas de Ferro

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*

IAPI - Instituto de Aposentados e Pensões dos Industriários

IEPHA - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

INRC - Inventário Participativo de Referências Culturais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MHAB - Museu Histórico Abílio Barreto

PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PRODABEL - Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

SEE - Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Objetivos: geral e específicos.....	17
1.2 Problematização e Justificativa.....	17
2. MARCO TEÓRICO.....	19
2.1 Grupo focal e entrevista semiestruturada.....	19
2.2 Espaço urbano e o lugar nas memórias individuais e coletivas.....	23
2.3 O resgate e a continuidade: o inventário e o direito à memória.....	25
3. A ESPACIALIDADE.....	29
3.1 Belo Horizonte e a expansão suburbana.....	29
3.2 Os bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco.....	34
3.3 Praça São Francisco: formação, delimitação e perda.....	39
4. O DILEMA DO PROGRESSO: ENTRE A MEMÓRIA E O APAGAMENTO.....	59
5. DESDOBRAMENTOS NAS COMUNIDADES DOS BAIROS CACHOEIRINHA, NOVA CACHOEIRINHA E SÃO FRANCISCO.....	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	85
Anexo A – Aerocarta, 1953.....	89
Anexo B – Aerocarta, 1972.....	90
Anexo C – Aerocarta, 1972.....	91
Anexo D – Aerocarta, 1979.....	92
Anexo E – Aerocarta, 1979.....	93
Anexo F – Planta de Edificações, 1986.....	94
Anexo G – Planta de Edificações, 1986.....	95

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de monografia busca resgatar a história e a memória ainda presentes em parte das comunidades dos bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Diz respeito a uma região específica, na área conhecida por essas pessoas como a antiga Praça São Francisco de Assis¹, hoje Praça Rodrigo e Campos, considerada por muitos moradores como uma centralidade histórica e social. Localizada nas imediações do atual Viaduto São Francisco, no cruzamento entre a Avenida Presidente Antônio Carlos e o Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo (BR-262 e BR-381), área que ainda referência histórica, cultural e simbólica significativa na formação da identidade de uma comunidade atualmente fragmentada.

Este estudo aborda conceitos como lugar, identidade e pertencimento, fundamentais para compreender a construção (ou desconstrução) do espaço urbano e o direito à memória nas referências históricas que moldam as identidades individual e coletiva.

A pesquisa visa não apenas compreender a importância da Praça São Francisco de Assis como espaço físico e centralidade, mas também desvendar as camadas de significado que permeiam a memória da antiga comunidade em torno daquela área, em tentativa de reconstrução da sua imagem.

Considera-se o conceito de lugar, apresentado por Christian Norberg-Schulz (1979) em sua obra *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, essencial para compreender a relação entre indivíduos e espaços urbanos. Segundo o autor, as experiências sensoriais e emocionais são fundamentais para a compreensão desses ambientes. O “lugar” transcende a materialidade física, tornando-se um portador de significado e identidade, moldado tanto por suas características visíveis quanto pelas vivências e interpretações a ele atribuídas. Essa perspectiva teórica orienta a análise, buscando reconstruir a imagem da Praça São Francisco de Assis a partir das memórias e experiências individuais e coletivas associadas a esse espaço.

Assim, se nesse capítulo é estabelecida breve introdução, definidos os objetivos geral e específicos, e apontados os problemas e justificativas abrangendo a relevância dessa perspectiva, os capítulos que seguem direcionam o trabalho

¹O objeto trata de um contexto de influência comum a esses três bairros nas imediações dessa área.

explorando metodologias, revisões de literatura e análises empíricas para alcançar os objetivos propostos.

No segundo capítulo, são descritos os princípios teóricos e metodológicos que fundamentam a pesquisa, com ênfase nos métodos de grupo focal e entrevista semiestruturada, utilizados para estruturar a análise do objeto de estudo. São apresentados conceitos-chave, como espaço urbano e o lugar nas memórias individuais e coletivas, patrimônio cultural e o resgate da continuidade dessa história por meio do registro dessas informações.

O terceiro capítulo contextualiza a área de estudo, apresentando um breve histórico da cidade de Belo Horizonte e da Praça São Francisco de Assis. São discutidos os processos de estabelecimento, fragmentação e apagamento da praça, associados a um modelo de desenvolvimento urbano que resultou na perda da materialidade desse espaço².

Considerando a compilação de métodos de pesquisa e o levantamento de informações, a discussão se orienta entre relatos e interações para registrar as experiências vividas e as percepções associadas, organizando-as com base no referencial teórico apresentado. Assim, no quarto capítulo, são analisadas as informações coletadas, traçando convergências e divergências entre a história oficial e as experiências vividas pelas comunidades. O quinto capítulo aprofunda essa análise, destacando as perspectivas da comunidade em relação à pesquisa e aos possíveis direcionamentos futuros.

Por fim, o sexto capítulo apresenta as considerações finais, refletindo sobre as inter-relações entre memórias, percepções e práticas no espaço urbano. O texto explora como o desenvolvimento urbano, guiado por interesses alheios às necessidades das comunidades locais, impacta não apenas os envolvidos, mas também a imagem e a memória da cidade, levando à perda de referências históricas. Desse modo, este registro representa uma forma, ainda que inicial, de salvaguarda no reconhecimento dessa espacialidade.

²A pesquisa sobre o histórico, ao menos sobre Belo Horizonte e a expansão urbana teve início no trabalho de monografia Reflexões sobre o espaço urbano: transformações, percepções e experiências do lugar e do anti-lugar no bairro Lagoinha, em Belo Horizonte (MG). Em inquietação surgida nesse processo busca-se aqui expandir rumo ao norte, bairro Cachoeirinha, em que nasceu e viveu o autor. As entrevistas que serão realizadas com moradores, assim como outras fontes, são complementares para a especificidade do assunto.

1.1 Objetivos: geral e específicos

O objetivo geral deste trabalho consiste em resgatar a imagem histórica da extinta Praça São Francisco de Assis através da pesquisa documental e das memórias da antiga comunidade que se organizava nas suas imediações, de forma a compreender a influência desse espaço ainda presente nas identidades desses indivíduos.

Define-se, para tanto, em objetivos específicos, quatro aspectos fundamentais:

Reconhecer e descrever os principais aspectos físicos e as transformações da Praça São Francisco de Assis até a sua extinção.

Realizar um registro do patrimônio cultural relacionado à antiga Praça São Francisco de Assis, destacando sua importância nas memórias das comunidades remanescentes.

Identificar as mudanças ocorridas, analisando seus impactos no tecido urbano e nas relações sobre esse lugar.

Observar os efeitos da expansão urbana na perda de áreas de valor histórico, cultural e afetivo em Belo Horizonte, especialmente no caso da Praça São Francisco Assis.

1.2 Problematização e Justificativa

Este estudo emerge da constatação de lacuna histórica que se formou com o desaparecimento da Praça São Francisco de Assis, enquanto referência arquitetônica, paisagística e simbólica. A espacialidade, que outrora caracterizava a região como centro das relações sociais, não só para a comunidade local, sucumbiu ao desenvolvimento urbano de Belo Horizonte levando consigo não apenas sua forma física, mas também, as memórias e as experiências individuais e coletivas associadas àquele lugar.

Diante desse cenário, a investigação e o resgate da Praça São Francisco é não apenas um exercício de reconstrução histórica, mas também uma forma de reconectar uma comunidade com suas raízes culturais e identitárias.

A justificativa para este estudo reside, portanto, na importância em compreender não só a história da comunidade da Praça São Francisco de Assis, como a da

própria Belo Horizonte, na qual também se incluem as histórias das periferias. Ao resgatar essas memórias, espera-se contribuir para a valorização do patrimônio cultural da cidade, resgatando-se um recorte aqui entendido de grande relevância na construção da identidade e do senso de pertencimento de uma comunidade, com as questões a serem respondidas:

De que maneira as histórias e vivências passadas contribuem para a formação da identidade sobre um espaço urbano, e quais fatores podem levar à perda de uma referência como no caso da Praça São Francisco de Assis?

Como as experiências individuais e coletivas ajudam a construir um senso de pertencimento e afetividade que resiste mesmo na perda da materialidade e na fragmentação de uma antiga comunidade?

E, finalmente, de que forma o ideal de desenvolvimento urbano tem impactado e comprometido a preservação do patrimônio cultural, desafiando a continuidade da história e da memória?

Em última análise, a investigação e o resgate da memória da Praça São Francisco de Assis transcendem o âmbito acadêmico, configurando-se como um ato de reconhecimento e valorização do direito à memória coletiva.

Este trabalho busca não apenas honrar as histórias e vivências associadas ao espaço, mas também destacar sua relevância como elemento formador da identidade urbana. Ao investir no resgate dessas memórias, pode-se promover um diálogo essencial para a construção de um futuro mais conectado às raízes históricas da cidade.

2. MARCO TEÓRICO

A região da Praça São Francisco de Assis tem sua ocupação historicamente associada ao desenvolvimento do eixo norte de Belo Horizonte, em expansão para além dos limites da antiga avenida 17 de Dezembro, hoje avenida do Contorno, que delimitava o planejamento original da capital mineira.

Tendo em vista a perda dos referenciais que caracterizavam essa área, especialmente no que diz respeito à sua materialidade, esta pesquisa busca investigar a história e as transformações da Praça São Francisco de Assis, compreendendo esse processo principalmente a partir da perspectiva da comunidade local. Para isso, considera-se tanto os aspectos objetivos, a partir da documentação oficial, quanto os aspectos subjetivos, que permanecem presentes nas memórias da antiga comunidade.

Nesse sentido, ao observar as transformações urbanas sobre a área em questão, é importante considerar não apenas os registros oficiais, mas os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos. Esses aspectos influenciaram sua transformação ao longo do tempo, desde a formação de Belo Horizonte.

A abordagem metodológica central adotada para essa investigação é a utilização de grupos focais direcionados em entrevistas semiestruturadas, uma técnica de pesquisa qualitativa. Essa combinação permite a abordagem de tópicos específicos, considerando um grupo de pessoas que compartilham características e experiências relevantes para o estudo, promovendo a interação entre os participantes.

A partir dessa definição, outros tópicos serão abordados quando considerados relevantes para a compreensão geral da espacialidade a partir de conceitos relacionados ao desenvolvimento urbano, ao ambiente urbano e à própria percepção do lugar. A intenção é evidenciar a importância das experiências individuais e coletivas na construção de significados e na vivência do espaço urbano.

2.1 Grupo focal e entrevista semiestruturada

Tendo em vista os espectros múltiplos e por vezes contraditórios da realidade, considerou-se um direcionamento dialógico de forma a lidar com a formação do espaço urbano. As complexidades pertinentes exigem, por assim, uma visão o mais

abrangente e integrada relevando-se as relações entre esses processos sobre o espaço urbano e seus desdobramentos na memória e nas experiências individual e coletiva, integrando diferentes perspectivas e dimensões na conscientização e na organização das informações na interpretação dos dados obtidos³.

O método de pesquisa de grupo focal desenvolvido por David L. Morgan (1996) estabelece técnica de pesquisa qualitativa, na qual a coleta de informações é direcionada por meio das interações entre um grupo definido. Segundo o autor, essa abordagem permite uma compreensão mais elaborada das percepções, crenças e atitudes dos participantes ao observar como suas opiniões se desenvolvem e se transformam durante a discussão coletiva, entre pontos convergentes e divergentes.

A utilização dos grupos focais na pesquisa qualitativa permitem, portanto, que o pesquisador conduza a entrevista de forma interativa, na compreensão por parte dos participantes sobre a concepção e a caracterização do tema em discussão.

Por outro lado, entende-se como importante certo direcionamento que conduza a maior clareza quanto às perspectivas e informações fornecidas e, assim, melhor fundamentação para a pesquisa. Nesse sentido é considerada combinação com o método de entrevista semiestruturada, que consiste em um modelo de entrevista com roteiro prévio, mas abrindo espaço para que o pesquisador faça perguntas ou adapte a entrevista fora do que havia sido planejado.

Robert S. Weiss (1995) apresenta uma abordagem sobre a condução de entrevistas qualitativas destacando a importância de criar um ambiente de confiança e conforto para que os entrevistados se sintam à vontade para compartilhar suas experiências. O autor enfatiza a necessidade de perguntas abertas que incentivem respostas elaboradas e reflexivas, permitindo uma melhor compreensão das perspectivas dos entrevistados. O autor discute ainda a importância da escuta ativa e da empatia sugerindo que os entrevistadores devem se atentar a detalhes nas respostas para explorar tópicos, bem como, lidar com questões sensíveis de maneira cuidadosa. E desse modo, identificar padrões e temas recorrentes nas narrativas dos entrevistados, enfatizando que a análise qualitativa é um processo iterativo (não

³Admitir as limitações do próprio conhecimento é fundamental para manter uma postura aberta em busca de aprendizado contínuo e adaptação das perspectivas, visando à organização, esboço e desenvolvimento do conhecimento. Essa premissa é entendida no conceito de “pensamento complexo” na obra *Introdução ao Pensamento Complexo* de Edgar Morin (2015).

seria “interativo”?) que requer revisão constante e reflexão sobre os significados emergentes.

James W. Creswell (2018) destaca, dentre outros métodos de coleta, que os grupos focais são especialmente úteis para obtenção de dados a partir das interações em grupo, permitindo aos pesquisadores observar a dinâmica do grupo, identificar temas emergentes e entender as normas sociais e culturais que influenciam os participantes. A interação entre os membros do grupo pode revelar questões que não surgiriam em entrevistas individuais, facilitando a exploração de como opiniões e atitudes se desenvolvem em um contexto social, permitindo ainda que as perguntas sejam adaptadas no decorrer da entrevista, e aprofundando a compreensão dos temas abordados.

Catherine Marshall e Gretchen B. Rossman (2014), discutem a eficácia da combinação de grupos focais e entrevistas semiestruturadas como estratégias complementares na pesquisa qualitativa. Por um lado, segundo as autoras, os grupos focais permitem explorar interações sociais e captar como opiniões e atitudes se formam e evoluem em um contexto coletivo. Essa abordagem possibilita aos pesquisadores observar dinâmicas grupais, identificar padrões emergentes e compreender normas sociais e culturais que podem não ser evidentes em entrevistas individuais.

As entrevistas semiestruturadas, por outro lado, oferecem uma flexibilidade que permite um direcionamento uma estrutura básica enquanto admitem que o entrevistador siga novos caminhos de investigação com base nas respostas dos participantes. As autoras argumentam que a combinação dessas duas abordagens metodológicas pode enriquecer a pesquisa qualitativa ao aproveitar os pontos fortes de ambas. Os grupos focais podem assim identificar temas e questões relevantes que, posteriormente, podem ser explorados mais detalhadamente nas entrevistas semiestruturadas. Essa triangulação de dados melhora a validade da pesquisa, proporcionando uma compreensão mais completa e multifacetada do fenômeno estudado, como desenvolvido por Marshall e Rossman (2014).

Para o caso deste desenvolvimento, pode-se dizer que foi realizado em três etapas principais: pesquisa prévia; entrevista, sendo em dois grupos e um indivíduo em separado⁴; e uma nova pesquisa, buscando nas fontes oficiais referências das

⁴Entrevistado 1, com 68 anos, hoje morador de Santa Luzia, região Metropolitana de Belo Horizonte, em preparativos para procedimento cirúrgico, não pode comparecer ao encontro do grupo e fez

informações obtidas nessas entrevistas, com novas palavras-chave e recortes de datas para investigações. As imagens obtidas com os entrevistados foram também e grande importância tendo em vista a dificuldade de materiais considerados relevantes em pesquisa documental e iconográfica junto ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), ao Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), ao Arquivo Público Mineiro (APM), à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e demais meios.

O contato inicial com formação do primeiro grupo foi em local emblemático: na capela da Comunidade Divino Espírito Santo, no bairro Cachoeirinha, uma das instituições em que se organizaram as comunidades remanescentes da então Igreja São Francisco de Assis, localizada na antiga praça. A ocasião, após a missa de domingo, como combinado, foi oportuna trazendo para o grupo um total de 08 participantes que se interessaram pela proposta e se dispuseram a participar, dentre outros que se juntaram pela curiosidade. O segundo grupo, formado por 04 participantes, contou com importante contribuição de moradora centenária remanescente das desapropriações⁵. Com os mapas obtidos na base cartográfica da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) em mãos, Levantamento Aerofotogramétrico, ou Aerocarta, foi possibilitado direcionamento sobre as memórias nesse processo entre as décadas de 1950 e 1980.

O contato com a atual Paróquia São Francisco, ainda ativa no bairro São Francisco, foi que direcionou a pesquisa a talvez a pessoa que mais tenha se destacado entre os entrevistados, como referência central que, além da vivência, realiza pesquisa sobre a área há algum tempo. Sua atuação, especialmente no resgate de imagens históricas em colaboração com antigos moradores da comunidade, representa esforço de grande relevância ao manter viva a memória da região. Esses elementos serão explorados mais detalhadamente nos próximos capítulos.

convite para visita em sua residência. Na ocasião, compartilhou informações sobre sua pesquisa dedicada à memória da Praça São Francisco de Assis, com material principalmente de fotos da antiga igreja e do grupo escolar. Também expressou sua intenção de escrever um livro sobre o tema, mas destacou ao mesmo tempo a dificuldade em acessar materiais de pesquisa e referências, limitando o avanço de seu trabalho. O encontro foi realizado no dia 26 de outubro de 2024.

5O primeiro grupo (Entrevistados grupo 1) foi composto pelos seguintes entrevistados: um homem de 72 anos e outro de 75, além de seis mulheres de 64, 65, 66, 68, 74 e 84 anos, todos moradores do bairro Cachoeirinha, encontro realizado no dia 24 de outubro de 2024. O segundo grupo incluiu uma entrevistada de 100 anos, ainda moradora de área que hoje pertence ao bairro Nova Cachoeirinha, que se estabeleceu na região após o casamento e ali permaneceu mesmo após as desapropriações, além de sua filha, de 66 anos, que atualmente reside em Vespasiano, região Metropolitana de Belo Horizonte. Este segundo grupo contou ainda com duas das participantes anteriores, do primeiro grupo (Entrevistados grupo 2), encontro realizado no dia 03 de novembro de 2024.

2.2 Espaço urbano e o lugar nas memórias individuais e coletivas

A urbanização acelerada e a expansão desordenada das cidades intensificam desigualdades e promovem a segregação no espaço urbano, comprometendo a coesão social e dificultando a construção de vínculos de pertencimento e memória, tanto em níveis individuais quanto coletivos. Esses processos não apenas reconfiguram a paisagem física, mas também alteram significativamente as formas de percepção e a interação dos habitantes em relação ao ambiente em que vivem, fragilizando laços comunitários e esvaziando o sentido histórico e cultural dos territórios urbanos. É nesse sentido que Kevin Lynch (1982) destaca a importância de compreender como os indivíduos constroem imagens da cidade que estruturam a percepção do ambiente e moldam as experiências cotidianas⁶.

Ao interagir com a realidade física, essas representações mentais ajudam a criar um senso de identidade e pertencimento, conectando as pessoas à cidade e fortalecendo a relação entre memória coletiva e espaço urbano.

Norberg-Schulz (1979) introduz o conceito de "espírito do lugar"⁷, que se refere à identidade única de um local, resultante da combinação de seus elementos físicos e simbólicos. Segundo o autor, um ambiente urbano que respeita e incorpora essa identidade contribui para um maior sentido de pertencimento. Essa conexão íntima com o lugar se torna, segundo o autor, essencial para a preservação da memória coletiva e para a construção de uma identidade urbana autêntica.

Henri Lefebvre (1991) conceitua, nesse mesmo sentido, o "direito à cidade" como uma reivindicação por um espaço urbano inclusivo e democrático, no qual a cidade é entendida não apenas como um conjunto de estruturas físicas, mas como um espaço social produzido coletivamente. O autor critica a mercantilização do espaço urbano e a tendência das autoridades de planejar a cidade de forma controlada, ignorando as dinâmicas sociais e a vivência dos habitantes. Essa abordagem resulta em processos de fragmentação e de exclusão social, levando à perda de identidade cultural e à transformação das cidades em ambientes segregados e desumanizados.

⁶Ainda de acordo com Lynch (1982), a imagem da cidade é composta por elementos-chave, "elementos de imagem", caminhos (*pathways*), limites (*edges*), distritos (*districts*), marcos (*landmarks*) e nós (*nodes*), definidos nas características físicas, como ruas, praças e edifícios, que influenciam a forma como as pessoas percebem e se orientam no espaço urbano formando uma imagem que se tem do lugar.

⁷Ou *Genius Loci*.

Assim, a recuperação de espaços de memória, como a antiga Praça São Francisco de Assis, pode ser entendida como um ato de resistência e direcionamento fundamental no sentido de resgate do direito à cidade para um recorte da população.

No contexto brasileiro, Ermínia Maricato (2013) destaca como o rápido crescimento das cidades, combinado com a especulação imobiliária e a falta de políticas habitacionais eficazes, resulta em processos contínuos de fragmentação – não apenas física. Essa dinâmica reflete a segregação baseada na renda e a distribuição desigual de recursos e serviços urbanos. Em Belo Horizonte, esse processo é evidente na transformação de bairros periféricos, como o Cachoeirinha, onde áreas historicamente significativas para determinadas comunidades foram desarticuladas, enfraquecendo o tecido social⁸.

Nesse mesmo sentido, Milton Santos (2003) entende a urbanização como um processo que não é neutro; moldado por interesses específicos, em particular os do mercado imobiliário, que isolam as populações de baixa renda em áreas periféricas cada vez mais distantes, uma vez que são retirados os acessos à infraestrutura e a serviços. No caso das regiões dos bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco, essas dinâmicas foram determinantes na reconfiguração do espaço urbano no eixo da Avenida Presidente Antônio Carlos e no acesso ao Anel Rodoviário, contribuindo para um processo de marginalização de áreas antes significativas para as comunidades locais. Santos argumenta que o território urbano não é apenas um espaço físico, mas também um espaço vivido, carregado de significados e identidades que são continuamente moldados pelas relações sociais.

Raquel Rolnik (2015) expõe e critica a lógica da “cidade mercadoria”, na qual o desenvolvimento urbano é dominado pelos interesses do mercado imobiliário e *rodoviarista*, resultando em processos de gentrificação ou desorganização social⁹.

⁸Luciana Teixeira de Andrade e Michele Abreu Arroyo, em *Bairros Pericentrais de Belo Horizonte. Patrimônio, territórios e modos de vida*, destacam a insuficiência de políticas de proteção para bairros situados fora da avenida do Contorno, mesmo nos casos de áreas que se estabeleceram desde o surgimento de Belo Horizonte, como Concórdia. Surgidos como espaços suburbanos ou colônias agrícolas, apesar de sua relevância histórica e cultural, esses bairros enfrentam desafios para o reconhecimento de suas histórias (Andrade; Arroyo, 2012).

⁹O conceito de gentrificação descreve a transformação urbana em que áreas anteriormente acessíveis passam por revitalização levando ao aumento de preços imobiliários e à substituição da população original por residentes de maior renda. Já a desorganização social refere-se à ruptura gradual das estruturas sociais e normativas em uma comunidade, frequentemente associada ao abandono, à perda de identidade e ao crescimento da criminalidade. Embora distintos, esses fenômenos podem ocorrer simultaneamente em determinados contextos intensificando desafios urbanos e reforçando desigualdades sociais.

Para a autora, esse modelo de urbanização não apenas perpetua as desigualdades socioespaciais, mas também ameaça a diversidade cultural e a identidade coletiva dos bairros, conduzindo, por exemplo, à desestruturação de espaços públicos, como ocorreu com a Praça São Francisco de Assis.

O cenário de exclusão territorial, portanto, pode ser associado a uma série de questões interligadas que impactam significativamente as comunidades locais. Esse processo leva à fragilização do espaço urbano e à deterioração das condições de vida, transformando áreas urbanas em produtos, numa dinâmica em que o ideal de desenvolvimento é orientado por interesses, não raro, alheios ao bem-estar das comunidades locais.

2.3 O resgate e a continuidade: o inventário e o direito à memória

Para compreender os processos que caracterizam a ocupação do espaço urbano, é essencial considerar as diversas associações que contribuem para a construção da memória e da identidade locais. A valorização e difusão do patrimônio, muitas vezes esquecido ou negligenciado na história oficial, são fundamentais para preservar e resgatar as narrativas que permanecem vivas nas comunidades. Nesse contexto, o registro da Praça São Francisco de Assis emerge como uma ferramenta crucial para a recuperação e manutenção dessas memórias coletivas.

Leonardo Castriota (2009) destaca que, na contemporaneidade, a difusão do conceito de bem cultural se estende a diversas identidades culturais e seus desdobramentos individuais e coletivos, contrastando com a visão tradicional que atribuía valor apenas aos grandes monumentos históricos e artísticos. A noção de patrimônio cultural se expande, abrangendo elementos que representam a história e a identidade de comunidades inteiras, não apenas em termos de objetos materiais, mas também em suas práticas, tradições e saberes.

Silva (2020, apud Choay, 2014) enfatiza que a palavra “patrimônio” tem raízes profundas nas estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, estando ligada ao conceito de “herança” e à posse de “bens”. No entanto, no contexto cultural, o patrimônio envolve muito mais que a simples posse de objetos; trata-se da preservação e transmissão de valores, tradições e conhecimentos que constituem a identidade coletiva. Assim, “herdar”, nesse âmbito, é uma

responsabilidade compartilhada de manter viva a memória de um povo, garantindo que as gerações presentes e futuras tenham acesso a essas histórias.

Para Cunha e Lemos (2008), os processos de formação e transformação dos territórios urbanos permitem identificar um movimento permanente de perda e reinvenção de sentido da cidade, com novos elementos e rearranjos daqueles previamente existentes. Esses desdobramentos afetam não apenas a conformação espacial, mas também as subjetividades individuais e coletivas, influenciadas por diferentes determinantes. O desenvolvimento urbano contemporâneo, assim, frequentemente se depara com um dilema central: de um lado, a tensão entre a busca incessante por crescimento econômico e inovação, muitas vezes orientada por parâmetros globais, e de outro, a necessidade de preservar a memória e a identidade cultural de uma sociedade.

Sant'Anna (2017) coloca em questão como as cidades são moldadas por suas características patrimoniais e como a preservação e a valorização desse patrimônio podem contribuir para a identidade, a memória e a qualidade de vida urbana. O desafio contemporâneo reside, portanto, em encontrar um equilíbrio entre essas duas forças: o impulso para se adaptar aos padrões globais de desenvolvimento e a necessidade de proteger e valorizar o patrimônio cultural que constitui a base da identidade social.

No Brasil, é interessante observar o contexto histórico de migração do campo para as cidades ao longo do século XX, processo que se intensificou com a industrialização e evidenciou as desigualdades no país. Esse fenômeno trouxe consequências diretas para o planejamento urbano nas grandes cidades, com questões sociais e econômicas que demandam transformações rápidas e profundas, como no caso de Belo Horizonte.

Como observa Castriota (2009), à medida que as cidades se desenvolvem, cada geração deixa sua marca no tecido urbano herdado, moldando-o de acordo com as necessidades e valores de sua época. No entanto, com o advento do capitalismo, e especialmente em seu estágio mais recente, o valor econômico e especulativo passou a dominar as decisões sobre o uso do solo urbano. O foco no lucro e a especulação imobiliária muitas vezes relegam a segundo plano valores humanos, simbólicos e políticos, reduzindo a terra a um mero ativo financeiro.

Ainda de acordo com Castriota (2009), essa visão utilitarista do espaço urbano tem causado impactos negativos significativos na qualidade de vida das cidades, ao priorizar o valor monetário sobre o bem-estar coletivo e o patrimônio cultural. Essa abordagem também afeta as definições de lugar e memória, que dependem da capacidade humana de se conectar tanto com o ambiente natural quanto com o ambiente construído, estabelecendo-se nas identidades das comunidades.

Na proposta de registro das memórias comuns, o *Manual de Aplicação do Inventário Participativo de Referências Culturais (INRC)*, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2016, p. 05), reconhece a comunidade como protagonista no processo de inventário, sendo sua participação fundamental para “inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe concerne e lhe afeta como patrimônio”, mesmo que não seja tangível¹⁰. Esse direcionamento destaca a importância de compreender os elementos que definem o território, um espaço de constante aprendizado e formação, fortalecendo vínculos de cidadania e participação social¹¹.

Guiando-se por essa metodologia, o conhecimento e a expertise da própria comunidade sobre seu patrimônio cultural são fundamentais para o processo de mapeamento e valorização das memórias e vivências que transcendem a espacialidade física já inexistente. A mobilização comunitária, o registro e a análise de informações são imprescindíveis para uma abordagem que desperte valores como cidadania, engajamento social e uma maior percepção da qualidade de vida (IPHAN, 2016).

Pierre Nora (1993) entende que a relação entre memória e história se cristaliza nos chamados "lugares de memória", determinantes para a construção da identidade coletiva. Esses lugares, sejam físicos ou simbólicos, permitem que as comunidades mantenham vivas suas narrativas e resistam ao apagamento histórico, como o que ocorre frequentemente em processos de urbanização acelerada. A Praça São Francisco de Assis, nesse sentido, configura-se como um lugar de memória que carrega consigo as histórias de uma comunidade que precisa ser ouvida e valorizada.

¹⁰Em se tratando da imaterialidade, a Recomendação de Paris, de 17 de outubro de 2003, da UNESCO (no inglês *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) entende como “salvaguarda” ações que visam garantir a viabilidade desse patrimônio cultural, como a documentação, a investigação e a transmissão por meio de educação formal e não-formal (UNESCO, 2003).

¹¹Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Artigo 216 (Brasil, 1988).

Conforme Paulo Freire (2011), a memória não é apenas um direito, mas um meio de emancipação, promovendo autonomia, fortalecimento da cidadania e da identidade coletiva. Ela possibilita que as comunidades se apropriem de suas narrativas e reivindiquem seu espaço na memória e no contexto urbano, resistindo à marginalização e ao apagamento de suas histórias.

Ao fim, o direito à memória, como exposto, transcende o simples resgate de um passado distante. Ele configura-se como um processo dinâmico, intrinsecamente vinculado ao reconhecimento e à afirmação das identidades individuais e coletivas diante das transformações urbanas. A memória é uma ferramenta de emancipação que, ao ser resgatada e valorizada, fortalece a cidadania e empodera as comunidades. Dessa forma, o registro, ao dar voz às comunidades, oferece uma via para que elas se apropriem de suas histórias e reafirmem seu lugar na cidade.

3. A ESPACIALIDADE

Considerando, pois, a perda material dessa espacialidade deflagrada pela expansão urbana a que submetida Belo Horizonte, podem ser levantadas questões importantes sobre como os processos entendidos como de desenvolvimento urbano incidem sobre a memória e a identidade das comunidades locais, com ações mais agressivas ao longo da história especialmente nos bairros periféricos.

Neste capítulo, busca-se explorar como as transformações promovidas pelo desenvolvimento urbano impactaram a relação dos moradores com seus espaços, analisando as referências oficiais bem como nas memórias o preenchimento de lacunas diante da imposição de novas dinâmicas urbanas, marcadas pela fragmentação espacial e pela negligência em relação aos valores históricos e culturais da comunidade na ressignificação do espaço da Praça São Francisco de Assis.

Se, como em Morgan (1997), a observação das dinâmicas de grupos permite a identificação de temas emergentes e ajudará a compreender como as opiniões são moldadas em um contexto coletivo, por outro lado, em Weiss (2013) e Creswell (2018), as entrevistas semiestruturadas são aplicadas de forma complementar. As entrevistas fundamentadas nas informações obtidas nas referências iniciais permitem seguir um roteiro flexível, adaptando as perguntas conforme o desenvolvimento das conversas.

Essa abordagem é determinante para este trabalho, de forma a compreender as experiências pessoais dos entrevistados oferecendo uma visão sobre essas transformações urbanas no processo de consolidação e perda material.

A combinação das técnicas mencionadas contribuirá à elaboração de registro da Praça São Francisco de Assis, desenvolvido em colaboração com a comunidade. Ao documentar e mapear os aspectos físicos e simbólicos da área, busca-se, no que proposto nos objetivos geral e específicos, a documentação que permita reconstruir a memória coletiva e preservar as identidades culturais associadas ao lugar.

3.1 Belo Horizonte e a expansão suburbana

Como escreve Cíntia Freire (2009), no período de transição que abrange o final do século XIX e o início do século XX, o cenário urbano no Brasil passou por transformações significativas em sua organização espacial, acompanhadas por

rearranjos políticos e sociais que moldaram, e ainda moldam, a configuração das cidades brasileiras modernas. Essa mudança da sede do governo representou mais do que uma simples alteração de localização; ela simbolizou uma ruptura significativa com o passado colonial do Brasil, evento que refletiu uma aspiração por um futuro inspirado nos ideais urbanísticos europeus, que buscavam criar uma cidade planejada e ordenada.

Freire (2009) destaca ainda que a Belo Horizonte, projetada com influência das cidades-jardins, projetada com ruas amplas, edifícios públicos imponentes e áreas verdes, foi assim não só posicionada como um centro de inovação e oportunidades, como também redefiniu o rumo do projeto de desenvolvimento urbano no país.

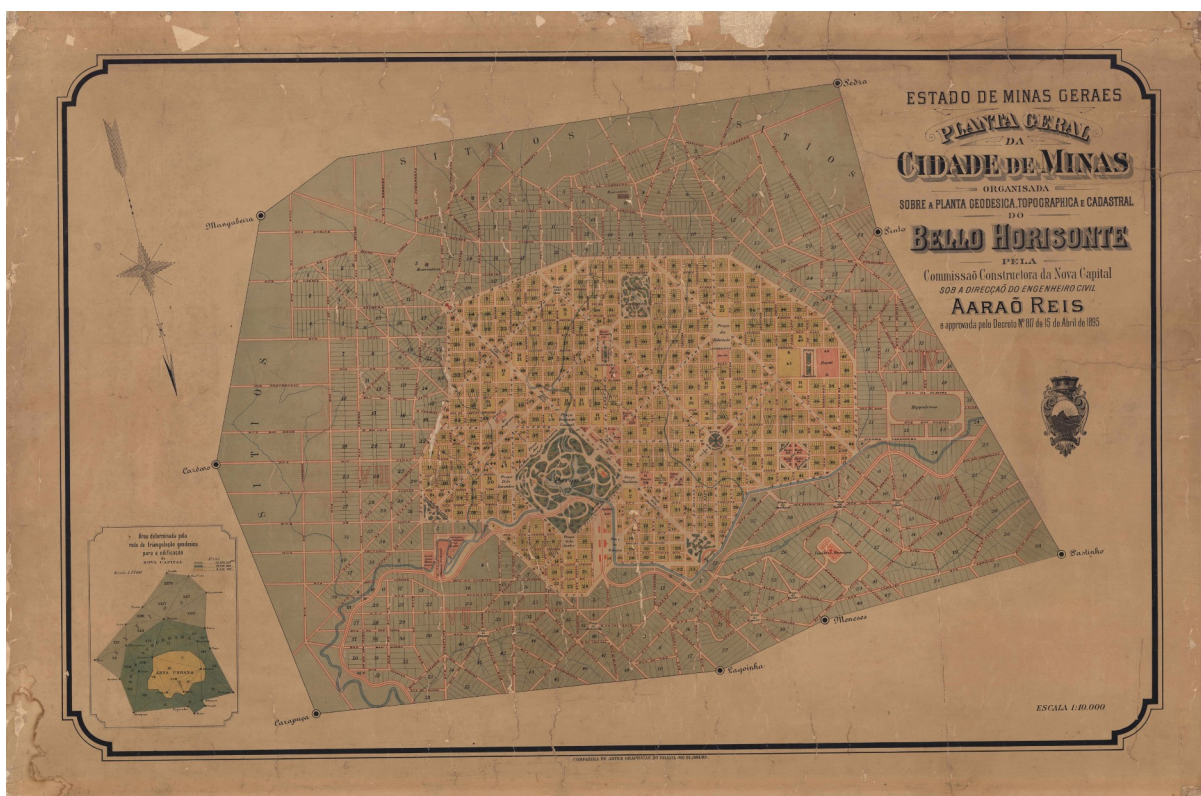
A cidade foi concebida com um sistema viário composto por ruas e avenidas organizadas em um padrão ortogonal. Esse planejamento incluía avenidas amplas e arborizadas, além de áreas destinadas a praças e parques. A demarcação clara entre as zonas residenciais e comerciais visava a criar uma cidade ordenada e a minimizar conflitos entre diferentes usos do espaço urbano. Segundo o plano de Aarão Reis, Belo Horizonte foi dividida em três áreas distintas: urbana, suburbana e rural. A zona urbana, limitada pela avenida do Contorno, na época chamada avenida 17 de Dezembro, foi projetada com um traçado regular e infraestrutura completa, destinada principalmente aos funcionários públicos e ao setor administrativo da cidade (Freire, 2009).

De acordo com o Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 1979), a ocupação inicial da cidade, conduzida pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), concentrou-se em áreas como a Estação Central do Brasil, a avenida Afonso Pena, a avenida do Comércio (atual avenida Santos Dumont) e o bairro dos Funcionários. Este último, destinado ao funcionalismo público, rapidamente se tornou uma vitrine da nova capital, servindo como um "cartão de visitas" para os visitantes da capital de Minas Gerais.

O bairro dos Funcionários foi escolhido para abrigar servidores públicos; Santa Efigênia se desenvolveu em torno da instalação do quartel da Brigada Militar; Floresta e Lagoinha expandiram-se como prolongamentos da área da Estação; e o Barro Preto foi designado como uma área destinada às habitações dos trabalhadores operários, em uma ocupação de maneira parcialmente direcionada em várias regiões de Belo Horizonte.

De acordo com Aguiar (2006) e Passos (2009), Aarão Reis, inspirado pelas ideias de Haussmann¹², implementou uma estratégia de segregação espacial que separou a região central das comunidades mais pobres. A avenida do Contorno, como seu nome indica, estabeleceu uma delimitação do que era considerado “a cidade”, em implícita intenção de manter os trabalhadores, cidadãos de menor renda, isolados da área urbana (Figura 1). A administração pública desenha essa expansão por meio de criação de vilas operárias principalmente a partir dos anos 1920.

Figura 1: Planta geral da Cidade de Belo Horizonte, 1895.



Estado de Minas Geraes. Planta Geral da Cidade de Minas Organizada sobre a Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral do Bello Horisonte, pela Comissão Constructora da Nova Capital sob a Direcção do Engenheiro Civil Aarão Reis, e aprovada pelo Decreto n° 817 de 15 de abril de 1895.
Fonte: APM, 1895.

Ainda como mostra Freire (2011), o acelerado crescimento de Belo Horizonte impactou significativamente áreas como Lagoinha e Floresta, ampliando a ocupação para além da avenida do Contorno e configurando as zonas suburbanas. A região da Lagoinha, desenvolvida a partir das colônias agrícolas Carlos Prates e Américo

¹²Georges-Eugène Haussmann conduziu uma transformação radical de Paris entre 1852 e 1870, sob o Segundo Império de Napoleão III. Sua reestruturação priorizou a criação de largas avenidas, a demolição de bairros antigos e a modernização da infraestrutura, sob o pretexto de melhorias sanitárias e estéticas. Contudo, tais reformas também serviram para expulsar as classes trabalhadoras para as periferias, revelando um projeto urbano que beneficiava as elites e consolidava o controle estatal. Michael Löwy (2006) critica essa urbanização como uma estratégia não só de segregação espacial como também de dominação social.

Werneck, formalmente integradas à zona suburbana nas décadas de 1910 e 1920, já possuía ocupação anterior às obras da capital. A prefeitura disponibilizou terrenos nessas áreas para habitação popular, criando periferias operárias, marcadas por características específicas e, em alguns casos, pela formação de favelas.

A cidade foi ajustada para suportar a industrialização, impulsionada pelas mudanças político-econômicas após a Revolução de 1930. O governo implementou a infraestrutura necessária para a expansão industrial, delineando a futura área metropolitana. Entre os projetos estavam a criação da Zona Industrial de Belo Horizonte (1936), da Cidade Industrial Juventino Dias, o já mencionado complexo da Pampulha, além da abertura de novas vias, consolidando a estrutura radioconcêntrica da cidade (Belo Horizonte, 2007).

A abertura da avenida Sanitária, que passou brevemente a avenida Pampulha e por avenida Dom Pedro I, até que, por fim, avenida Presidente Antônio Carlos¹³, a partir da década de 1940 contribuiu para a definição do principal acesso de Belo Horizonte aos bairros periféricos e aos municípios situados a norte, como Venda Nova, Lagoa Santa, Vespasiano e Santa Luzia (Figura 2). Esse traçado, com passagem de uma das principais linhas de bonde da cidade à época, enfatiza a, ainda hoje, característica do bairro como corredor de passagem (Bernardes, 2016). A construção do Aeroporto da Pampulha e do complexo de lazer acelerou esse processo de urbanização, com a instalação de novos equipamentos públicos para atender a população crescente que se deslocava para essas áreas, consolidando a expansão urbana ao norte da cidade (Belo Horizonte, 2007).

¹³Queiroga, 2021.

Figura 2: Avenida Pampulha no início de sua abertura, 1940.



Fonte: Belo Horizonte, 1941.

O desenvolvimento do Conjunto Habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), do Mercado Popular da Lagoinha e do Hospital Odilon Behrens, além de escolas e outros equipamentos de infraestrutura, surge como referência na organização da urbanização, uma resposta do poder público às comunidades que se organiza que comunidades que se formavam de maneira espontânea (Figura 3) (Belo Horizonte, 2007).

Figura 3: Detalhes dos preparativos para a instalação da linha de bondes para a Pampulha, na avenida Antônio Carlos.



Operários trabalhando na construção de canteiros centrais da avenida, automóveis movidos à gás e obras de terraplanagem do futuro conjunto residencial IAPI. Fonte: Acervo MHAB, [1942?].

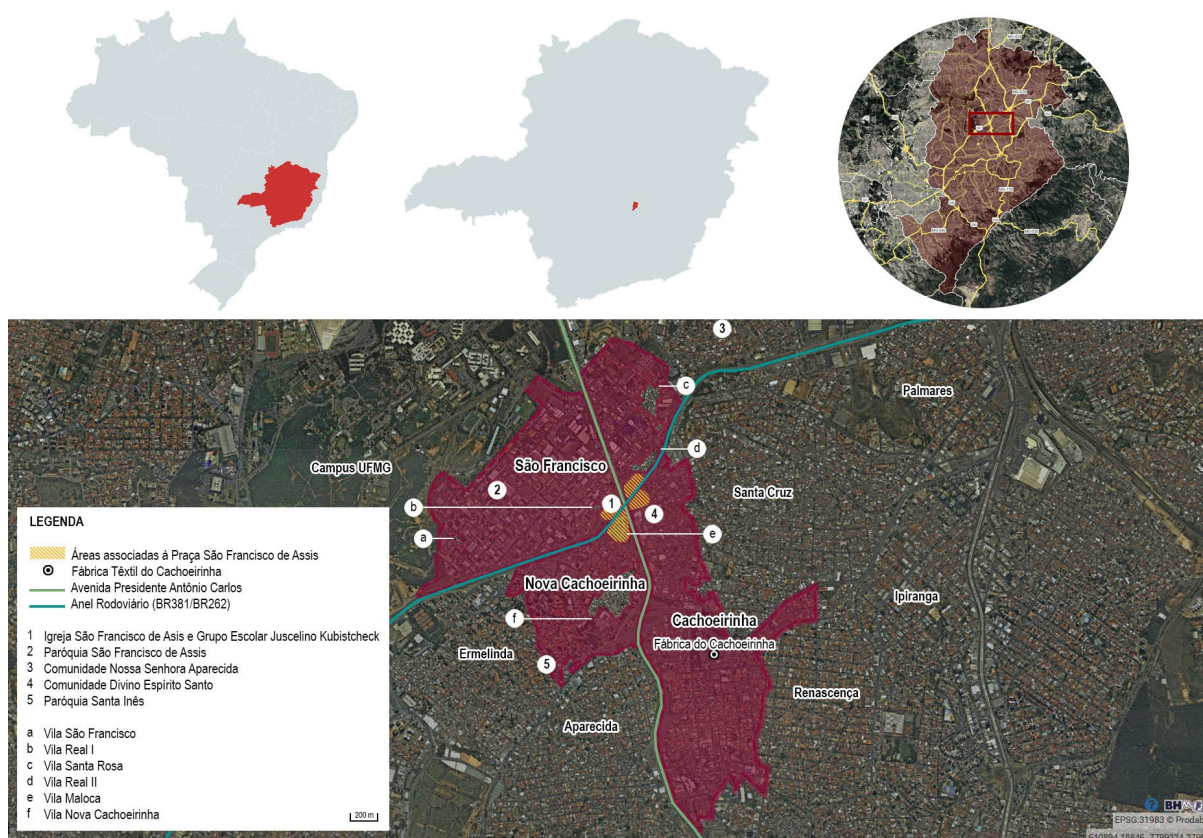
Nesse contexto de expansão urbana, os bairros de Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco despontam como áreas que cresceram em resposta direta às mudanças econômicas e sociais de Belo Horizonte. O processo de formação desses bairros foi impulsionado tanto por demandas habitacionais quanto pela necessidade de infraestrutura viária, delineando a ocupação do espaço urbano.

3.2 Os bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco

Os bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco estão situados entre três regionais administrativas de Belo Horizonte: Nordeste, Noroeste e Pampulha, respectivamente. A localização da antiga Praça São Francisco de Assis, no ponto de encontro dessas áreas, a torna um eixo de grande importância para a mobilidade urbana, integrando diferentes regiões da cidade e do estado.

De acordo com a base de dados disponibilizada no sítio eletrônico *BHMap*, desenvolvido pela Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL) (Figura 4), o bairro Cachoeirinha ocupa parte da regional Nordeste, enquanto Nova Cachoeirinha está na regional Noroeste. O bairro São Francisco estende-se no eixo leste-oeste da Avenida Presidente Antônio Carlos, delimitado ao sul pelo Anel Rodoviário, com a antiga Praça São Francisco de Assis posicionada especificamente nesse bairro, reforçando seu papel como de relevância na articulação entre os acessos às regiões Norte e Pampulha.

Figura 4: Mapa de localização dos bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco, e Praça São Francisco de Assis.



Fonte: BHMap/PRODABEL, 2024. Adaptado pelo autor.

Como mencionado anteriormente, com o desenvolvimento fora da área planejada da cidade, essas regiões começaram a se consolidar com a expansão urbana em direção ao norte, especialmente após a abertura de importantes vias de acesso, como a atual Avenida Antônio Carlos, e a criação de vilas operárias e loteamentos nas antigas fazendas, destinados a abrigar a população trabalhadora.

Essas áreas apresentaram características distintas em relação às zonas centrais planejadas. Enquanto as ruas do centro seguiam um padrão quadriculado e organizado, os bairros ao norte, como Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco, cresceram de maneira mais orgânica, com ruas irregulares que acompanhavam o relevo local, refletindo um crescimento menos controlado. Essas localidades passaram a desempenhar um papel essencial na vida da cidade, servindo como polos industriais e de moradia para a classe trabalhadora, enquanto o poder público continuava a investir em infraestrutura e serviços básicos (Belo Horizonte, 2007).

As fábricas instaladas nas proximidades, como a Companhia Mineira de Fiação e Tecelagem ou a Fábrica de Têxteis do Cachoeirinha, impulsionaram a ocupação dos terrenos nessas áreas, com a prefeitura facilitando a construção de moradias populares em terrenos suburbanos. O bairro Cachoeirinha tem, assim, suas raízes na Vila Operária da Companhia Mineira de Fiação e Tecelagem (Figura 5) (Belo Horizonte, 2008a).

Figura 5: Fábrica do Cachoeirinha, década de 1930.



Fonte: Belo Horizonte, 2008a.

O nome do bairro faz referência a um pequeno córrego localizado na rua Itapetinga. Oficialmente aprovado em 1930, a região se consolidou como um importante centro de trabalho industrial, tendo a Fábrica do Cachoeirinha como um marco histórico de seu passado operário, o contexto local contava com referências como um Grupo Escolar (Figura 6) e a Igreja Nossa Senhora da Paz, na rua de mesmo nome¹⁴ (Belo Horizonte, 2008a).

¹⁴Relação dos contratos assinados na Secretaria da Prefeitura de Belo Horizonte de 31 de agosto de 1929 a 31 de Agosto de 1930: 26 – Contrato entre a Prefeitura de Belo Horizonte com a Companhia Mineira de Fiação e Tecelagem com aprovação da planta do “Bairro da Fábrica”, 10 de janeiro de 1930. Páginas 10-13 (Belo Horizonte, 1930).

Figura 6 Grupo Escolar do bairro Cachoeirinha, 1929.



Fonte: APM, 1929.

O Nova Cachoeirinha, então Parque Riachuelo, surgiu como uma expansão natural do Cachoeirinha, sendo inicialmente planejada em 1930, mas apenas nas décadas de 1960 começou a ser ocupada de maneira mais intensa (Belo Horizonte, 2008b)¹⁵. De acordo com Liberato (2007), o processo de urbanização dessa área foi marcado por políticas de remoção de famílias, como é relatado no documento da Coordenação da Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL) de 1980, que informa a remoção de moradores para adequar a ocupação e urbanização do bairro¹⁶.

O São Francisco, por sua vez, começou a se consolidar com a construção da Cidade Universitária na década de 1940. Em 1943, o loteamento do bairro Bandeirantes foi aprovado, e, logo em seguida, o Conjunto Arquitetônico da Pampulha foi inaugurado. As obras de infraestrutura, como a construção do Anel Rodoviário em 1957, concluído em 1963, impulsionaram o crescimento populacional

15 Relação dos contratos assinados na Secretaria da Prefeitura de Belo Horizonte de 31 de agosto de 1929 a 31 de agosto de 1930: 43 – Contrato com o sr. dr. Antônio Mattos Silveira com a aprovação da planta do “Parque Riachuelo” em 30 de abril de 1930” Páginas 10-13 (Belo Horizonte, 1930).

16 Durante o período da Ditadura Militar, a remoção de favelas em Belo Horizonte foi intensificada, sendo dificultada qualquer reação organizada dos moradores devido ao contexto político. O Decreto Municipal nº 2.430, de 11 de outubro de 1973, instituiu o Setor de Fiscalização e Posturas, no Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais, atribuindo-lhe a responsabilidade de reprimir construções clandestinas e impedir a formação de favelas ou agrupamentos semelhantes. Essa política impactou áreas que abrangem os bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco, onde processos de favelização ocorreram após desapropriações forçadas (Liberato, 2007).

e urbano dessas regiões, incluindo os bairros São Francisco, Liberdade e Aeroporto, todos aprovados entre 1946 e 1947 (Belo Horizonte, 2008c).

Como lembra um dos entrevistados¹⁷, o São Francisco à época de sua criação foi dividido em chácaras, principalmente em vista da perspectiva de crescimento industrial da região, muito em função da Fábrica do Cachoeirinha. Embora considerado distante, destaca, despertou interesse de investidores no desenvolvimento de habitações, como vilas, para venda ou aluguel desses imóveis (Figura 7).

Figura 7: Vista parcial da Vila São Francisco, via de acesso ligando a Avenida Presidente Antônio Carlos ao Quartel do Exército: rua Santo Antônio, hoje rua Alentejo.



Segundo Relatório do Prefeito de 1953, cerca de uma centena de ruas foram abertas no programa de urbanização das vilas e de ligação dos vários núcleos populacionais ao centro. Fonte: Belo Horizonte, 1954.

Assim, a ocupação e transformação desses bairros refletem a reorganização do espaço urbano de Belo Horizonte, influenciadas pelas políticas industriais e de urbanização que ocorreram ao longo do século XX.

De acordo com Araújo (2010), a Avenida Presidente Antônio Carlos significou, para os bairros ao longo do eixo norte, um estímulo ao comércio imobiliário e à ocupação de seu entorno. Ao mesmo tempo, a avenida atuou como uma força dinamizadora do crescimento da região norte de Belo Horizonte e como uma barreira de difícil transposição entre os bairros de suas duas margens. A autora destaca ainda que, no caso específico do bairro Cachoeirinha – análise que pode ser estendida a Nova

¹⁷Entrevistado 1, 68 anos.

Cachoeirinha e São Francisco –, sua formação está relacionada à consolidação como área proletária. No entanto, ao longo da segunda metade do século XX, a fábrica perdeu importância como fonte de mão de obra local, especialmente com a modernização tecnológica e a redução da estrutura produtiva, agravada após a inauguração da Cidade Industrial Juventino Dias, em Contagem, em 1946. A abertura do Anel Rodoviário consolidou a Avenida Presidente Antônio Carlos como um corredor de atividades econômicas e de passagem, mudança que atraiu galpões, oficinas e depósitos, ampliando a relevância produtiva da região da Pampulha, com destaque para o bairro São Francisco, que se tornou um polo industrial.

Bernardes (2016) aponta que essas intervenções, ao longo dos anos, priorizaram o tráfego de veículos, o que se mantém até hoje e tem impactado a região de forma significativa. Esse foco contribuiu para o apagamento de uma área historicamente expressiva e relevante para a cidade, além de afetar a disponibilidade de espaços de lazer, convivência e segurança, comprometendo a qualidade do espaço urbano.

Recentemente, a extensão da avenida Presidente Antônio Carlos foi submetida a um novo ciclo de desapropriações, motivado pelas obras de infraestrutura realizadas para a Copa do Mundo da FIFA¹⁸ do ano de 2014. Esse processo, orientado por um viés *rodoviarista*, priorizou mais uma vez o trânsito de veículos, reforçando padrões de exclusão.

Araújo (2010) chama atenção para o ainda caráter suburbano dessas regiões e sua vocação operária que ajudaram a formar bairros com identidades próprias, muitas vezes marcados pelo ritmo da vida industrial e a proximidade entre os moradores, principalmente os mais antigos, contexto que mantém a memória que sustenta expectativa de ver a continuidade de suas próprias histórias.

3.3 Praça São Francisco: formação, delimitação e perda

São escassas as informações sobre a Praça São Francisco de Assis e seu entorno, especialmente no que diz respeito à documentação oficial. O caráter de ocupação típico de periferia, marcado por famílias de menor poder aquisitivo – deslocadas das áreas centrais ou em busca de refúgio frente à crescente especulação imobiliária –, reflete diretamente na configuração espacial e na limitada atenção dispensada pelo

¹⁸No francês, *Fédération Internationale de Football Association*.

poder público. A falta de recursos de registro por parte da própria comunidade, como câmeras fotográficas, raras à época, também dificultou a preservação da memória local. Essas dificuldades foram agravadas pela dinâmica acelerada de transformações urbanas, que resultaram no desaparecimento da praça e de seus registros históricos.

Muito do que foi lembrado pelos entrevistados pode ser localizado e confirmado nos Relatórios dos Prefeitos do APCBH, que apresentam o balanço anual de atividades dos governos municipais e retratam a trajetória da cidade desde a criação da Prefeitura Municipal¹⁹, além de consulta à Legislação Mineira a partir de 1947, disponível pela ALMG²⁰. A documentação, no entanto, é ainda fragmentada e insuficiente para reconstruir integralmente o passado da praça, sendo contatados ainda o APCBH, o MHAB, o APM e a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE), além da Arquidiocese de Belo Horizonte e a Paróquia São Francisco.

Como já destacado anteriormente, a conformação da Praça São Francisco de Assis, localizada entre os bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco, está diretamente relacionada ao desenvolvimento do eixo da Avenida Presidente Antônio Carlos no sentido norte, principalmente em atendimento à região da Pampulha.

O Relatório do Prefeito de 1940-1941, assinado pelo então chefe do executivo Juscelino Kubitschek descreve essa expansão para além dos limites da cidade planejada:

Ninguém desconhece a maneira pela qual a cidade se desenvolveu. Enquanto no centro se obedecia um traçado geometricamente elaborado, os bairros fora da avenida do Contorno se formaram e cresceram ao longo do que primitivamente foram as estradas que demandavam o centro. Não se preocupou em traçar, para a periferia da chamada zona urbana, um plano urbanístico que atendesse às mesmas características da cidade propriamente dita. Como consequência desse desprezo, a capital crescendo desordenadamente nos bairros (Belo Horizonte, 1941, p. 19).

Ainda segundo o Relatório do Prefeito, as obras realizadas na região da Pampulha exigiam melhorias no acesso ao bairro em formação, considerado promissor e que se destacaria como uma das áreas mais atrativas da capital. A antiga estrada para Venda Nova, que inicialmente atendia a região, não era considerada adequada,

19Em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>>. Acesso em 10, nov. 2024.

20Em: <<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/legislacao-mineira>>. Acesso em 10, nov. 2024.

sendo necessária a construção de uma nova via para integrar a área à cidade. Essa nova via foi projetada com um traçado que partia da Rua Formiga, em continuação à então avenida Pampulha, até a barragem.

O projeto incluía desapropriações ao longo do trajeto, permitindo o alargamento da via. Além disso, contemplava o a instalação de iluminação pública e o ajardinamento da avenida para a chamada “Cidade Satélite” da Pampulha. O traçado, com extensão de 4.200 metros em linha reta até a represa, tinha como objetivo modernizar o acesso e reforçar a integração dessa área emergente com o centro da capital, bem como acesso para a rodovia BR-31, atual BR-262, para Vitória.

Segundo um dos entrevistados²¹, a concepção inicial da atual Avenida Presidente Antônio Carlos previa uma linha reta que conectasse o centro à Pampulha, possibilitando uma visão ampla em ambas as direções e reforçando a sensação de proximidade. Ainda de acordo com o entrevistado, Juscelino Kubitschek, idealizador da Pampulha, não planejava viadutos que interferissem nessa perspectiva (Figura 8). Apesar de o relevo representar um desafio, adaptações como o rebaixamento do Viaduto São Francisco minimizaram os obstáculos visuais. No entanto, os bairros da região da Pampulha, para além das áreas nobres planejadas, ainda eram considerados distantes e pouco atrativos.

Figura 8: Abertura da avenida da Pampulha, atual Antônio Carlos, em 1942.

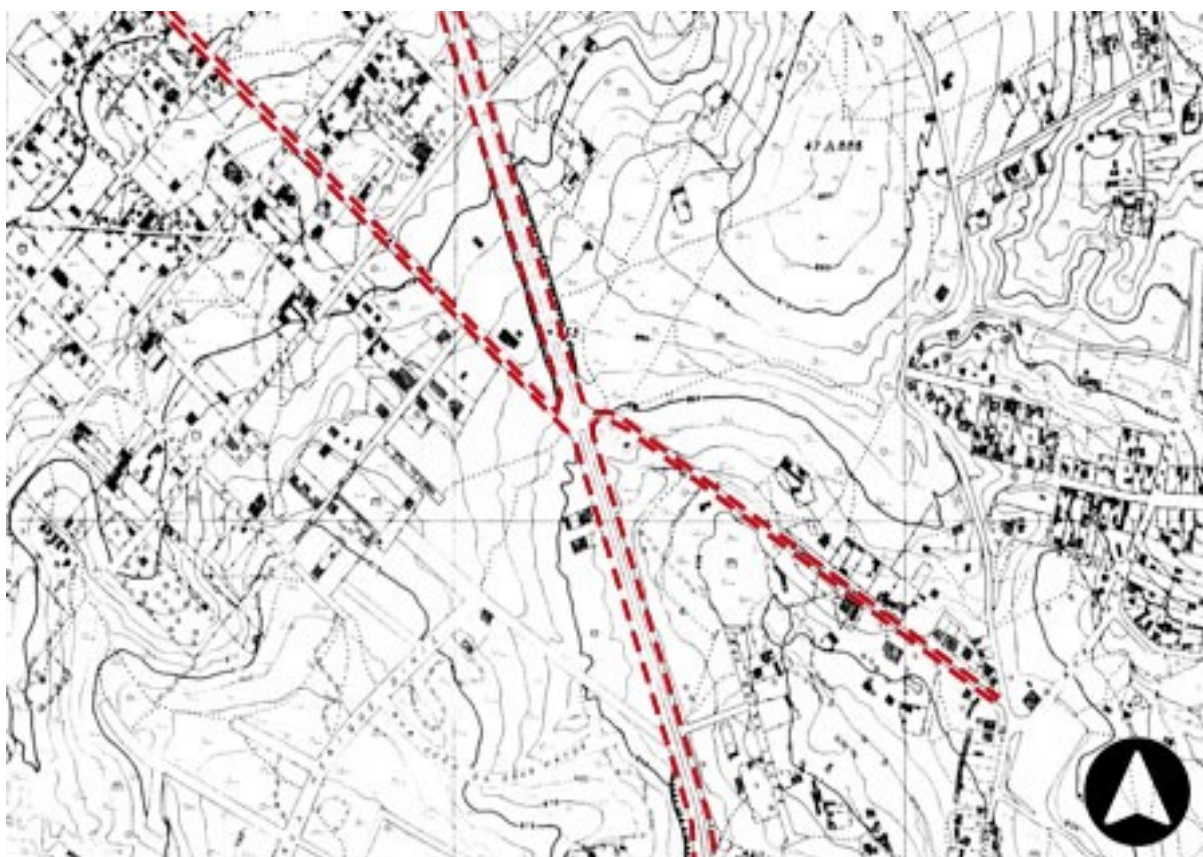


Na fotografia, vê-se a avenida já aberta ao centro, cercada de vegetação. À direita vê-se uma caminhonete e algumas pessoas. Ao fundo vê-se o centro de Belo Horizonte e a Serra do Curral. Fonte: Acervo MHAB, 1942.

21 Entrevistado 1, 68 anos.

A análise comparativa entre a Aerocarta de 1953 (Figura 9), que não apresenta as construções do Grupo Escolar Juscelino Kubitschek e da igreja na área da praça, bem como o próprio Viaduto São Francisco – ainda em uma área pouco ocupada –, e os registros da ALMG permite sugerir que tanto a escola, de responsabilidade do estado, quanto a igreja foram construídas posteriormente, acompanhando o processo de urbanização e desenvolvimento social do entorno.

Figura 9: Aerocarta, 1953.



A avenida Pampulha, ainda sem o Viaduto São Francisco que viria a ser localizado no ponto de encontro entre a rua Santa Ana, à esquerda e a rua Tavares de Melo à direita. Ver Anexo A. Fonte: Acervo Cartográfico e Geográfico PBH. PRODABEL, 2024. Sem escala. Adaptado pelo autor.

O Decreto nº 3.802 de 18 de junho de 1952, assinado pelo governador Juscelino Kubitschek, pode ser indício de sua criação, embora não seja possível afirmar:

Transforma em Grupo Escolar as Escolas Reunidas da Vila São Francisco, do quadro B da Capital.

Art. 1º – Ficam transformadas em Grupo Escolar as Escolas Reunidas da Vila São Francisco, do quadro B da Capital (Minas Gerais, 1952).

O conceito de "grupo escolar" vigente à época foi definido no Decreto nº 3.508 de 21 de dezembro de 1950, que consolidou normas do ensino primário à época,

estabelecendo diretrizes para organização e funcionamento das instituições escolares:

d) O grupo escolar - o conjunto de 8 (oito) classes pelo menos, com igual número de professores, provido de direção especial, organizado de maneira que permita cumprir-se integralmente programa de ensino primário, e, com a matrícula mínima de 400 (quatrocentos) alunos (Minas Gerais, 1950).

A primeira menção encontrada especificamente sobre o Grupo Escolar Juscelino Kubitschek é pela Lei nº 953, de 28 de julho de 1953, também assinada por Juscelino Kubitschek, que destinou, em seu artigo 1º, uma subvenção de Cr\$ 6.000,00 ao Caixa Escolar do Grupo Escolar Juscelino Kubitschek para o exercício daquele ano. Essa alocação financeira é mencionada pela primeira vez nesse texto, sugerindo a existência e funcionamento contínuos do grupo escolar a partir desse período, sendo uma ação recorrente nos anos subsequentes.

O Relatório do Prefeito de 1954 destaca ainda o término de obras escolares municipais, a inauguração e o funcionamento de novos estabelecimentos de ensino voltados ao ensino básico. Embora o documento não referencie a Praça São Francisco Assis, pode-se atribuir menção à instalação de um estabelecimento educacional na Vila São Francisco, que também não permite afirmar se tratar do Grupo Escolar Juscelino Kubitschek:

Em concordância com o critério que vinha sendo adotado na construção das demais unidades escolares do plano municipal de reerguimento do ensino básico, e ainda o aceleração das obras de mais dois Grupos Escolares, um deles já inteiramente concluído – o do bairro Concórdia – e o outro, o Grupo Escolar Mestre Carlos, já bem adiantado. Além destes, uma outra Escola teve sua construção iniciada na Pedreira Prado Lopes, estando também em fase adiantada de construção. *Finalmente, ainda em 1954, foi instalada em um prédio alugado da Vila São Francisco, com 2 salas de aula, e inaugurada nova ala do Grupo Escolar Aarão Reis, na Vila Salgado Filho [...]* (Belo Horizonte, 1955, p. 158, grifo próprio).

No ano de 1954, o projeto de alargamento da avenida Presidente Antônio Carlos previa intervenções significativas para atender ao aumento do tráfego na região. Os serviços indicados incluíam melhorias no acesso às principais rodovias que conectavam Belo Horizonte ao Rio de Janeiro (BR-3, atual BR-040) e a Vitória (BR-31, atual BR-262), além de desapropriações. A obra também visava facilitar o acesso a importantes pontos urbanos, como a futura estação do Departamento

Nacional de Estradas de Ferro (DNEF)²², a Cidade Universitária, o Aeroporto da Pampulha e Venda Nova. Segundo o relatório, consideradas melhorias essenciais para atender ao crescimento que já se esperava para a rodovia que conectaria Belo Horizonte ao nordeste de Minas (Belo Horizonte, 1954).

Esse contexto reflete o crescimento e a organização da região, evidenciando a expansão urbana de Belo Horizonte em direção ao norte. Contudo, não apresenta referências diretas à Praça São Francisco de Assis ou aos aspectos específicos da estrutura e da história local dessa área.

Na lista Bens Inventariados Oscar Niemeyer pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA)²³, consta a presença de um Grupo Escolar localizado na Vila São Francisco. Contudo, sem que se tenha data de construção ou outros aspectos históricos desse edifício.

Danilo Matoso Macedo (2008) e Geraldo Ângelo Silva (2016) se referem ao Grupo Escolar Juscelino Kubitschek (Figura 10) como de feição similar ao Grupo Escolar Júlia Kubitschek, em Diamantina, Minas Gerais (Figura 11). Considera, no entanto, a autoria de Oscar Niemeyer como controversa, tendo em vista a falta de referências oficiais sobre sua concepção. Não há menção à obra na Fundação Oscar Niemeyer²⁴.

Figura 10: Grupo Escolar Juscelino Kubitschek, década de 1950.



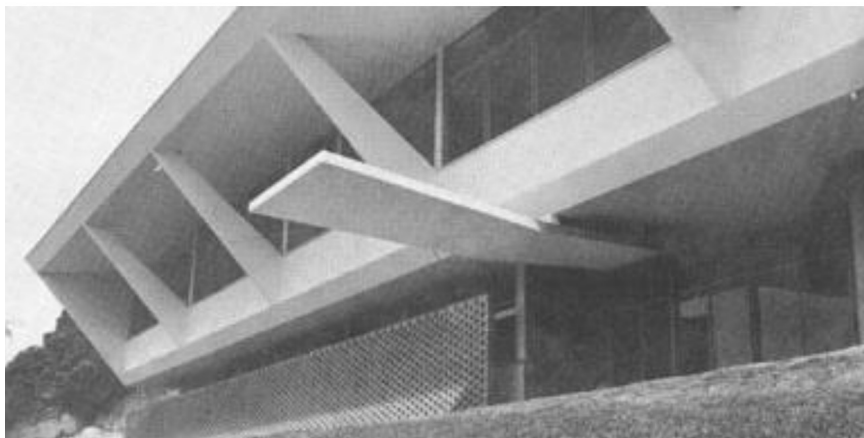
Fonte: Arquitetos de BH <instagram.com>, [195-].

²²Embora muitos entrevistados (Entrevistado 1, Entrevistados grupo 1 e grupo 2) mencionem uma estação rodoviária na região, a única referência documental encontrada remete a uma estação ferroviária, no Relatório do Prefeito de 1953, no âmbito do Plano Diretor (Belo Horizonte, 1954, p.10). Não foi identificado nos documentos subsequentes que confirmem uma estação rodoviária no local.

²³Em: <<https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protetido/bens-inventariados/details/3/4/bens-inventariados-oscar-niemeyer>>.

²⁴Em: <<https://www.oscarniemeyer.org.br>>.

Figura 11: Grupo Escolar Júlia Kubitschek, construída no ano de 1951, em Diamantina.



Detalhe para marquise em solução esteticamente idêntica. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, sem data.

Já no que diz respeito à Igreja São Francisco de Assis (Figura 12), de acordo com informações obtidas por Edgar junto à Arquidiocese de Belo Horizonte²⁵, a Paróquia São Francisco de Assis foi fundada no dia 30 de abril de 1959 por um Decreto de Dom João de Resende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte à época. A igreja foi concebida com participação ativa da comunidade. Uma das entrevistadas²⁶ destaca que seu falecido companheiro, Pedro Reis, foi um dos responsáveis pela construção – na ocasião da entrevista com o grupo em sua residência, exemplar remanescente em meio às desapropriações, o revestimento com técnica com uso pedras semipreciosas assentadas em placa cimentícia, assim como utilizado na igreja (Figuras 13 e 14). A liderança foi de um padre de origem holandesa, Leopoldo Mertens, sem que se tenha conhecimento sobre de que outra paróquia tenha se deslocado²⁷.

²⁵Não retornou os contatos.

²⁶Entrevistados grupo 2.

²⁷Uma das entrevistadas do Grupo 2 menciona uma antiga capela, ao sul da sua residência, predecessora à igreja. A memória não permitiu mais informações e não foi possível identificar a construção nos antigos mapas.

Figura 12: Igreja São Francisco de Assis em imagem da década de 1960 colorida digitalmente.



Colorida digitalmente por Fernando Camargo na ocasião da comemoração dos 65 anos da Paróquia São Francisco de Assis. Fonte: disponibilizado por uma das entrevistadas do grupo 1, 2024.

Figura 13: Jovens na Primeira Comunhão na antiga igreja.



É possível visualizar o revestimento com pedras semipreciosas em placa cimentícia. Fonte: disponibilizado por Edgar, 1971.

Figura 14: Detalhe do revestimento com técnica com uso pedras semipreciosas assentadas em placa cimentícia.



A solução é a mesma adotada na antiga Igreja São Francisco de Assis e ainda presente em residência da época que permanece, hoje com a viúva de Pedro Reis, um dos responsáveis pela construção. Fonte: autoria própria, 2024.

A Praça São Francisco de Assis destacava-se pela integração de importantes equipamentos comunitários: o Grupo Escolar Juscelino Kubitschek e a igreja dedicada ao padroeiro, ambos com características que imprimiam identidade ao local, já presentes na Aerocarta de 1972 (Figura 15). O Grupo Escolar Juscelino Kubitschek apresentava uma composição modernista, com telhado inclinado – possivelmente em referência ao Grupo Escolar Júlia Kubitschek – e acesso principal por uma rampa lateral. Segundo os entrevistados, na década de 1960, um anexo foi construído na área posterior, com um padrão construtivo diferente, atendendo à crescente demanda de alunos (Figura 16). Alguns anos após a conclusão do Anel Rodoviário, foi erguido um muro que impedia parcialmente a visibilidade da escola (Figura 17). Além disso, a escola contava com um campo de futebol e uma área de recreação, ambos de uso livre (Figuras 18 e 19).

Figura 15: Aerocarta, 1972



A avenida Presidente Antônio Carlos, já presentes o Viaduto São Francisco (indicado) e a Praça São Francisco de Assis. Ver Anexos B e C. Fonte: Acervo Cartográfico e Geográfico PBH. PRODABEL, 2024. Sem escala. Adaptado pelo autor.

Figura 16: Anexo construído na área posterior do Grupo Escolar.



Fonte: Disponibilizado por Entrevistado 1, [ca. 1966].

Figura 17: Crianças junto ao Grupo Escolar Juscelino Kubitschek, com muro instalado alguns anos após a duplicação do Anel Rodoviário.



Fonte: Disponibilizado por Entrevistado 1, [ca. 1965].

Figura 18: Do campo de futebol, estacionamento e trecho da fachada lateral e posterior da igreja.



Fonte: disponibilizado por Entrevistado 1, [ca. 1966].

Figura 19: Praça com área de estacionamento entre a igreja e a escola.



Na imagem, uma das entrevistadas, aos seus 18 anos, sentada comendo pipoca. No canto superior à direita é possível visualizar o muro da escola e trecho da fachada. Fonte: disponibilizado por uma das entrevistadas do grupo 1, 1976.

A igreja apresentava arquitetura singular (Figuras 20 e 21), com evidente cuidado estético, com uma torre sineira em forma de cruzeiro, embasamento em pedra, fachada principal com vitral e mosaicos cerâmicos nas laterais, além de elementos como cobogós. Internamente, destacavam-se, como mencionado anteriormente, o uso de pedras semipreciosas assentadas em placas cimentícias, além de pisos com ladrilhos hidráulicos e degraus com blocos de concreto e espelhos com pedras irregulares. Uma área de estacionamento separava a escola, e o campo de futebol, da igreja, criando um espaço de convivência integrado (Figuras 22, 23 e 24). Os forros eram em esteira e segundo se lembra um dos entrevistados²⁸, havia uma representação da Santa Ceia que se assemelhava ao estilo de Portinari.

²⁸Entrevistado 1, 68 anos.

Figura 20: Jovens posam para foto ao lado da Igreja São Francisco de Assis.



Fonte: disponibilizado por Entrevistado 1, [197-?].

Figura 21: Um dos entrevistados, acompanhado de seu irmão e primos à frente da igreja em reforma.



Fonte: disponibilizado por Entrevistado 1, 1969.

Figura 22: Interior da igreja, em que possível visualizar piso em ladrilho hidráulico e vitral ao fundo.



Noiva e seu pai entram caminham em direção ao altar. Fonte: disponibilizado por entrevistados, Entrevistados grupo 1, 1978.

Figura 23: Vista parcial do altar, em que possível identificar o uso de pedras nos espelhos dos degraus e base de crucifixo.



Noivos em celebração de casamento no altar. Fonte: disponibilizado por entrevistados, Entrevistados grupo 1, 1978.

Figura 24: Interior da igreja, lateral com uso de cobogó.



Noivos e convidados. Fonte: disponibilizado por entrevistados, Entrevistados grupo 1, 1978.

Esse conjunto arquitetônico estava situado entre as ruas Santa Helena, atualmente rua Vila Real, e Santa Terezinha, que deu lugar a um dos retornos do Anel Rodoviário. Existiam também residências na mesma quadra, à posterior da escola.

Essas construções, além de exercerem referência e centralidade na consolidação da comunidade, destacavam a qualidade arquitetônica da praça, que compunha uma ambiência significativa no local onde hoje se encontram as quatro alças de acesso entre a avenida Presidente Antônio Carlos e o Anel Rodoviário.

Os entrevistados indicam que, além da área da praça, a composição do lado oposto, atravessando a avenida, contava com um monumento peculiar, descrito como uma estrutura em forma de rosa vermelha, feita de concreto, sobre ladrilhos hidráulicos espaçados, com um arco moldado sobre esse conjunto. Na alça correspondente ao bairro Cachoeirinha, a área contava com um paisagismo que incluía jardins e palmeiras, que se tornou ponto de encontro para piqueniques nos finais de semana. Já no lado do bairro Nova Cachoeirinha, grandes pinheiros integravam o conjunto arquitetônico e paisagístico, como destacado por um dos entrevistados²⁹, reforçando sua importância na memória coletiva local (Figuras 25 e 26).

Figura 25: Anel Rodoviário e Viaduto São Francisco, 1963.



Fonte: Belo Horizonte, 2008c.

²⁹Entrevistado 1, 68 anos.

Figura 26: Anel Rodoviário e Viaduto São Francisco com vista para a Praça São Francisco de Assis.



Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas, [196-?].

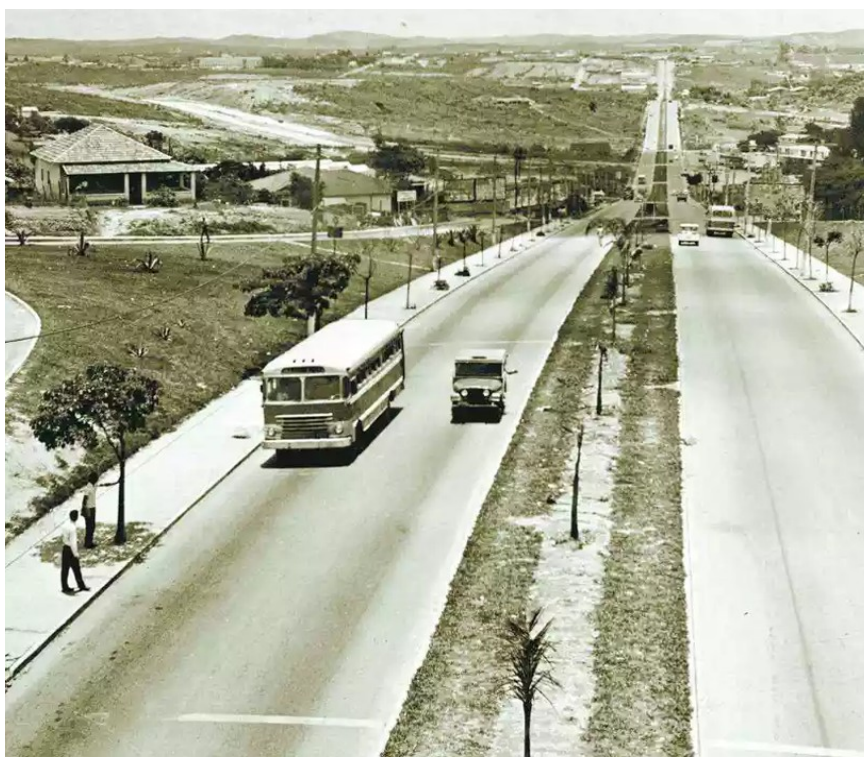
De acordo com os relatos, a igreja atraía muitos visitantes, enquanto os espaços públicos eram amplamente utilizados pelos moradores para atividades físicas, lazer e ocasiões festivas, como as festas juninas. Nos finais de semana, era comum que famílias levassem lençóis para piqueniques nas áreas gramadas, aproveitando a sombra das árvores. O viaduto, ainda com movimento moderado, funcionava como um mirante, oferecendo uma ampla vista da Serra do Curral e, à noite, segundo relatos, até mesmo das luzes dos prédios mais altos no centro da cidade, além de uma boa visibilidade da região da Pampulha (Figuras 27 e 28).

Figura 27: Vista sentido Centro a partir do Viaduto São Francisco.



Ao fundo, a Serra do Curral. Fonte: Arquivo Jornal Estado de Minas, [196-?].

Figura 28: Vista sentido Pampulha a partir do Viaduto São Francisco.



No canto superior à esquerda, o campus da Universidade Federal de Minas Gerais. Fonte: Arquivo Jornal Estado de Minas, [196-?].

Com o crescimento da cidade, a comunidade passou a enfrentar dificuldades no que diz respeito ao planejamento urbano e à infraestrutura. Um dos principais problemas era a proximidade com o Anel Rodoviário, inaugurado no ano de 1963, o que é entendido como o início do fim da comunidade, apesar de, à época, muitas pessoas terem visto oportunidade e estabelecido comércios. O entorno ao longo dos anos seguintes foi ocupado por fábrica de móveis, camas de campanha que atendiam o Quartel do Exército, lojas de artigos escolares, mercearias e bares – áreas que foram desocupadas nos anos seguintes dando lugar majoritariamente a galpões.

A movimentação cada vez mais intensa no local significou maiores riscos para os pedestres, moradores, alunos do Grupo Escolar e frequentadores da igreja, que precisavam atravessar não só a avenida Presidente Antônio Carlos como também o viaduto. Muitos dos entrevistados relembram os acidentes recorrentes, atropelamentos, com inclusive ocorrências fatais. O padre Leopoldo Mertens é referenciado como atuante na mobilização da polícia em tentativa de garantir a segurança com o patrulhamento, além da realização de palestras educativas e debates na comunidade sobre trânsito.

Como se lembram, no início da década de 1970 surgiram os primeiros boatos, depois confirmados, da intenção das autoridades públicas de promover a demolição de todo o conjunto arquitetônico e paisagístico da praça São Francisco de Assis para a duplicação do Anel Rodoviário³⁰. É possível identificar na Aerocarta de 1972 algumas das construções indicadas com um “X”, à mão, possivelmente prevendo as desapropriações nos acessos ou indicando a já demolição quando na conclusão do mapeamento.

Na Aerocarta de 1979 (Figura 29) é possível ainda verificar a ainda existência as construções do Grupo Escolar Juscelino Kubitschek e da Igreja São Francisco de Assis, além de construções no acesso na área do bairro Nova Cachoeirinha. No ano de 1980, no entanto, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) desapropriou toda a área da Praça São Francisco de Assis, restando as ocupações nos demais acessos, que foram desapropriadas nos anos seguintes para viabilizar a duplicação do Anel Rodoviário. A exceção foi uma das entrevistadas, que resistiu ao

³⁰Segundo relato comum entre os entrevistados, Entrevistado 1, Entrevistados grupo 1 e 2, o padre Leopoldo teria “falecido de tristeza” sofrendo pela futura demolição da igreja e desapropriação de toda a área.

processo e permaneceu como o último resquício da antiga comunidade³¹. Dentre os entrevistados, alguns inclusive destacam que se casaram no ano de 1981 já em outro local.

Figura 29: Aerocarta, 1979.



A avenida Presidente Antônio Carlos, com o Viaduto São Francisco (indicado) e Anel Rodoviário. Ver Anexos D e E. Fonte: Acervo Cartográfico e Geográfico PBH. PRODABEL, 2024. Sem escala. Adaptado pelo autor.

A Igreja São Francisco de Assis foi temporariamente transferida para um galpão localizado na atual rua Vila Real e, posteriormente, para a rua Padre Leopoldo Mertens, que recebeu o nome em homenagem ao pároco que liderou a construção da antiga igreja. A nova igreja foi inaugurada em 4 de outubro de 1982. A mudança acabou impactando a comunidade deslocando moradores, estudantes e muitos dos paroquianos para outros bairros, o que alterou significativamente a composição e a dinâmica da região. Atualmente a antiga Praça São Francisco é conhecida por Praça Rodrigo e Campos.

Apesar da mobilização à época, a comunidade nada pode fazer sobre as mudanças impostas. Como resultado, a dispersão ocorreu entre diversas paróquias: a Paróquia São Francisco, no bairro São Francisco, a Comunidade Nossa Senhora Aparecida,

³¹No entorno para além das áreas associadas à antiga praça é possível identificar exemplares arquitetônicos de características similares, mas que se perdeu o contato com os antigos moradores.

no bairro Santa Rosa, pertencente à mesma paróquia, a Paróquia Santa Inês, no bairro Ermelinda, e a Comunidade Divino Espírito Santo, no bairro Cachoeirinha, que posteriormente associada à Paróquia São Pio X, no bairro Santa Cruz.

4. O DILEMA DO PROGRESSO: ENTRE A MEMÓRIA E O APAGAMENTO

Posto que os dados obtidos revelam mais do que aparentam à primeira vista, a ausência de informações oficiais sistematizadas ou detalhadas também carrega significado e relevância. A ausência de informações oficiais sistematizadas sobre a Praça São Francisco de Assis não é um vazio passivo: é um reflexo de hierarquias de valor que privilegiam o progresso abstrato em detrimento de memórias periféricas. Essa dissonância entre o institucional – focado em infraestrutura e métricas de desenvolvimento – e o vivido – ancorado em afetos e sociabilidades – expõe um projeto urbano que apaga histórias para legitimar uma cidade planejada à revelia de seus moradores.

A falta de registros oficiais sobre a praça não é um acaso, mas um sintoma de políticas que silenciam narrativas marginalizadas. Enquanto relatórios municipais celebram o Viaduto São Francisco como símbolo de “modernização”, as entrevistas com moradores revelam histórias excluídas. A comparação entre essas percepções coletadas, via grupo focal com entrevistas semiestruturadas, e os dados oficiais evidencia mais que uma contradição: revela uma geografia do poder onde o apagamento de memórias periféricas sustenta um modelo que na prática excludente de urbanização.

O levantamento de informações e o registro da Praça São Francisco de Assis, baseados em memórias individuais e coletivas, demandaram um direcionamento metodológico essencial para compreender o objeto de estudo. Essa abordagem não apenas organizou os esforços da pesquisa, mas garantiu a produção de material alinhado aos objetivos deste trabalho e a futuras investigações. A colaboração da comunidade, mesmo com limitações de tempo e disponibilidade dos participantes, revelou-se fundamental para decifrar o significado histórico e cultural da região.

Assim, a ausência de registros detalhados e a escassez de estudos oficiais sobre a região – marcada pelo encontro dos bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco – ilustram um processo estrutural de desinformação que, intencional ou não, obstrui o acesso à história local. Esse vazio documental pode ser visto como consequência do que se mostra um padrão no desenvolvimento urbano no Brasil do século XX, com interesses

econômicos que se sobrepõem ao bem-estar coletivo, apagando parte da história.

Nesse contexto, a combinação de grupo focal com entrevistas semiestruturadas mostrou-se estratégica para o caso da Praça São Francisco de Assis. A metodologia permitiu coletar relatos abrangentes, revelando o cotidiano da praça, as transformações urbanas e as formas de resistência das comunidades afetadas pela cisão territorial. Além de resgatar memórias, o método deu voz a narrativas marginalizadas, ampliando as perspectivas analíticas. Os resultados reforçam a urgência de reconhecer a memória como direito e integrá-la às políticas públicas que configuram o espaço urbano.

A estruturação da investigação seguiu um roteiro elaborado para orientar as entrevistas de forma não impositiva, preservando a espontaneidade dos participantes e permitindo que memórias e perspectivas emergissem livremente. Os tópicos abordados foram definidos para capturar aspectos centrais das vivências e percepções dos moradores em relação à antiga Praça São Francisco de Assis e ao impacto das transformações urbanas. Cada pergunta buscou explorar dimensões específicas da relação entre identidade, memória, apagamento e ressignificação do lugar:

1) Nome?

2) Idade?

3) Morador(a) atualmente do bairro?

4) Morava na região do local da pesquisa desde o ano/até o ano?

5) Como o local da pesquisa era conhecido, era uma praça, largo, tinha um nome?

6) O que era essa área sobre o atual viaduto São Francisco e qual sua delimitação? O que existia ali, quais equipamentos? Como eram (características construtivas e organização da área e entorno)?

7) Como eram as ruas do entorno? Lembram dos nomes de algumas e do tipo de uso e interação presentes (comércios, instituições, serviços, residências)?

8) *Qual era a rotina ali e qual sua vivência nesse espaço (igreja, escola, lazer, passagem etc.)?*

9) *Quando se deram as primeiras construções? Como foi essa transformação até a perda?*

10) *Alguma consulta à comunidade ou movimentação em protesto na época da demolição?*

11) *Essa comunidade ali presente, como se organizou após a perda dessas referências da igreja da escola e outras?*

12) *Qual sua expectativa quanto a esse trabalho e seus possíveis desdobramentos a outros estudos ou possibilidades futuras?*

A oralidade, enquanto ferramenta metodológica, revela-se aqui fundamental para confrontar o silenciamento institucional evidenciado pela escassez de registros oficiais. O roteiro proposto contempla, como pode ser visto, três eixos temáticos:

1) Contexto individual: nome, idade, período de residência, de forma a vincular narrativas a marcos temporais.

2) Memória espacial: usos e características físicas.

3) Impacto das transformações: angústias com as desapropriações e demolições.

Embora essas categorias tenham orientado o roteiro, as entrevistas ocorreram de forma fluida, sem a exposição direta ou sequencial das perguntas. Os participantes foram incentivados a narrar suas experiências livremente, permitindo que temas não previstos inicialmente emergissem. Essa flexibilidade garantiu que a espontaneidade das memórias prevalecesse, enriquecendo a pesquisa com nuances ausentes em abordagens mais estruturadas.

A coleta de dados pessoais iniciais permitiu contextualizar temporalmente as narrativas, enquanto a descrição das memórias espaciais trouxe à tona elementos ausentes nos registros oficiais: a organização comunitária em torno da igreja, os fluxos cotidianos e os simbolismos na compreensão desses espaços que hoje substituídos por infraestrutura viária. Essa abordagem centrada na vivência direta permitiu recuperar aspectos não documentados

oficialmente, como o simbolismo cultural e a dinâmica comunitária que moldaram o espaço antes da construção do viaduto ou no que diz respeito às intervenções realizadas na avenida Presidente Antônio Carlos e Anel Rodoviário ao longo dos anos.

Foi possível identificar dois grupos geracionais entre os participantes: um composto por pessoas entre 70 e 100 anos, que chegaram à área já na vida adulta, estabelecendo moradia e por vezes trabalho, e outro entre 50 e 70 anos, cujas memórias remetem principalmente à vivência escolar e religiosa na juventude. Como mencionado anteriormente, foi percebida uma dispersão significativa dos antigos moradores, muitos dos quais se mantiveram nas imediações em diferentes bairros, como regiões mais distantes ainda no Cachoeirinha, no Nova Cachoeirinha e mesmo o São Francisco, dentre outros, ou até mesmo em outras cidades, como no caso de um dos entrevistados³², em Santa Luzia, e outro, em Vespasiano³³. Por outro lado, uma das entrevistadas permanece, agora localizadas na área correspondente ao bairro Nova Cachoeirinha (Figura 30).

Figura 30: Residência pertencente a uma das entrevistadas, remanescente em área do bairro Nova Cachoeirinha



Fonte: *Google Street View*, 2024.

³²Entrevistado 1, 68 anos.

³³Entrevistada do grupo 2.

Os relatos dos entrevistados mais velhos, com idades entre 70 e 100 anos, trazem à tona um período em que a região era fortemente marcada pela interação social e pela valorização de espaços como o Grupo Escolar Juscelino Kubitschek e a Igreja São Francisco de Assis e a antiga escola. Eles lembram com carinho do cotidiano da escola, as celebrações religiosas, festas populares e os laços de solidariedade que uniam a comunidade. A praça, embora já não existente, era descrita como um ponto de convergência, onde tradições e histórias eram transmitidas entre gerações, fortalecendo o sentimento de pertencimento. A dinâmica da vida cotidiana, focada no trabalho, na religião e na convivência, reflete um tempo em que o espaço urbano e as relações humanas são lembradas como profundamente conectadas. Para esses moradores ou frequentadores desse espaço, as transformações trazidas pelo desenvolvimento urbano não apenas alteraram a paisagem, mas também enfraqueceram os laços sociais que sustentavam a identidade nessa área de encontro entre os bairros.

Entre os participantes de 50 a 70 anos, as memórias têm um tom diferente, concentrando-se principalmente nas vivências da juventude, especialmente no ambiente escolar e nas atividades promovidas pela igreja. Muitos se lembram de brincadeiras nas ruas, do papel educativo da escola e do impacto das atividades religiosas como um alicerce da formação social.

Em ambos os casos, relataram em comum a angústia causada pelas mudanças urbanas, como nos próprios processos de alargamento da avenida Presidente Antônio Carlos e do Anel Rodoviário com a remoção de espaços comunitários, que alteraram drasticamente o cenário urbano e fragmentaram as antigas relações de vizinhança. Esses moradores experienciaram uma ruptura em que a preservação e continuidade da memória passou a depender, a partir daí, principalmente da oralidade para manter a história viva diante das transformações impostas (Figura 31).

Figura 31: Grupo de Jovens da Igreja São Francisco de Assis.



Fonte: disponibilizado por uma das entrevistadas do grupo 1 [197-?].

Não foi identificado o nome Praça São Francisco de Assis em referências oficiais, embora mencionada Vila São Francisco, localidade caracterizada por vias com nomes religiosos: rua Santa Helena, Santa Terezinha, Santa Ana, dentre outros. Essa nomenclatura associada à praça pode ser considerada oficial, levando em conta o padrão de nomes predominantes na região, ou ser um reconhecimento informal, uma vez que não há definição nos mapas oficiais. Nesse contexto, destacam-se as memórias orais, que se mostram fundamentais para reconstruir esse aspecto específico da história e compreender os significados históricos e culturais da região.

Assim, através das narrativas compartilhadas foi possível estabelecer, ainda que de forma limitada, alguns dos equipamentos existentes para além das residências, no contexto do Grupo Escolar Juscelino Kubitschek e Igreja São Francisco de Assis, com a presença de estabelecimentos de produção de manufaturas e comerciais que compunham o entorno da praça, bem como a

interação social promovida nesse espaço. Essa dimensão dos relatos revela o papel de centralidade da área, ponto de atividades cotidianas, encontro e convivência, lazer e serviços, elementos que desapareceram com as transformações urbanísticas nas últimas décadas.

Ao avançar para questões relacionadas à transformação urbana, os participantes destacaram a transição do espaço, lembrando que as primeiras construções ocorreram com o parcelamento de lotes a partir das antigas fazendas da região. Observa-se a influência significativa da Fábrica do Cachoeirinha nesse processo de ocupação, não somente sobre o próprio bairro Cachoeirinha, como também o Parque Riachuelo, posteriormente Nova Cachoeirinha, e o São Francisco, ainda que com diferentes níveis de impacto. Com as transformações a que submetidos a praça e o seu entorno, a paisagem construída foi ao passar das décadas substituída principalmente por galpões industriais e, em paralelo, as ocupações, não por uma falta de planejamento mas pela própria forma de implantação e execução do projeto para as áreas remanescentes da antiga Praça São Francisco.

O apagamento da Praça São Francisco de Assis desestruturou esse, antes, lugar, substituído por intervenções viárias que ampliaram a desconexão entre o território e seus antigos moradores, um “não-lugar”. Os relatos também evidenciaram a ausência de diálogo com o poder público – nenhuma consulta prévia ou participação nas decisões foi mencionada. Esse cenário ilustra um padrão de negligência recorrente no Brasil, onde demandas comunitárias são ignoradas em prol de uma urbanização acelerada, como ocorreu em Belo Horizonte, cidade marcada por crescimento demográfico intenso e projetos que privilegiam infraestruturas sobre memórias. Os mapas que acompanham as últimas décadas ilustram espacialmente esse processo: a substituição de áreas de convívio por vias de fluxo rápido e a desconexão entre as políticas públicas e as dinâmicas sociais (Figuras 32 a 35).



Figura 32: Planta de Edificações, 1986.

Na Planta de Edificações de 1986, Praça Rodrigo e Campos. É possível identificar demarcações de lotes com as desapropriações na alça sul. Em destaque, edificação remanescente ainda existente, Nova Cachoeirinha. Ver Anexos F e G. Fonte: Acervo Cartográfico e Geográfico PBH. PRODABEL, 2024. Sem escala. Adaptado pelo autor.

Figura 33: Imagem aérea, 1989.



A área da antiga Praça São Francisco de Assis anos após as desapropriações e demolições. Em destaque, edificação remanescente ainda existente, Nova Cachoeirinha. Fonte: Acervo Cartográfico e Geográfico PBH, PRODABEL, 2024. Sem escala. Adaptado pelo autor.

Figura 34: Imagem aérea, 1994.



Em poucos anos de diferença é possível verificar grande ocupação, assentamentos informais, principalmente da alça sul, com destaque para a edificação remanescente ainda existente, Nova Cachoeirinha, Fonte: Acervo Cartográfico e Geográfico PBH, PRODABEL, 2024. Sem escala. Adaptado pelo autor.

Figura 35: Situação atual da área em vista por satélite.



Fonte: *Google Earth*, 2024.

Como destacado e reiterado ao longo deste trabalho, a ausência de registros oficiais sobre a Praça São Francisco de Assis explicita as prioridades de um modelo urbano que, como demonstrado, prioriza o ideal de desenvolvimento em detrimento da preservação de referências identitárias – especialmente em territórios periféricos. Essa desconexão entre políticas institucionais e as vivências cotidianas revela escolhas políticas que ignoram memórias coletivas e dinâmicas sociais historicamente enraizadas, em projetos alheios às comunidades e às cidades.

Portanto, a lacuna documental não deve ser considerada apenas uma ausência de dados, mas como um indicativo da invisibilidade dos afetados por esses processos. Tal cenário reforça a necessidade de pesquisas futuras que abordem esses "pontos cegos" e tragam novas perspectivas para compreender as transformações urbanas e suas implicações sociais e culturais.

A leitura do desenvolvimento urbano em Belo Horizonte evidencia como o progresso é frequentemente associado ao apagamento de identidades locais. As narrativas coletadas revelam que as transformações não foram neutras: a

introdução de grandes obras, como o Viaduto São Francisco e as recorrentes intervenções na avenida Presidente Antônio Carlos e no Anel Rodoviário, resultaram não apenas na desestruturação do espaço físico, mas também em impactos diretos sobre o tecido social.

O dilema entre memória e progresso nesse contexto reflete a constante tensão entre o crescimento urbano e a preservação dos patrimônios das comunidades locais. A perda de referência material de um espaço simbólico para comunidades dos bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco, é retrato de um modelo de urbanização predatório que definiu muitas das cidades brasileiras em expansão no século XX. A busca pelo crescimento ordenado da cidade, se mostra muitas vezes traçada por planos de desenvolvimento que ignoram valores históricos, culturais e afetivos, sendo o ideal de progresso como um fator de apagamento da memória.

Como mostrado, a transformação de um espaço urbano com o apagamento de suas referências não se limita apenas ao espaço físico, mas também implica a eliminação das memórias e dos significados atribuídos a ele pelos indivíduos e coletivos que o experienciam. Este fenômeno transcende uma questão meramente estética, arquitetônica ou urbanística, revelando implicações sociais e políticas importantes, pois ameaça o direito fundamental dos cidadãos de manterem suas memórias vivas e acessíveis.

A perda das referências históricas, como a substituição de espaços simbólicos por novos empreendimentos viários e ou imobiliários, representa não apenas uma mudança na paisagem em seus aspectos físicos, mas um evidente apagamento das narrativas coletivas. O caso da Praça São Francisco de Assis, enquanto símbolo perdido, coloca em pauta reflexão sobre o modelo de cidade para as futuras gerações. A preservação da memória não deve ser vista como um obstáculo ao progresso, mas como uma condição necessária para que o desenvolvimento urbano seja de fato sustentável e inclusivo.

Os dados obtidos, por meio de levantamento documental, entrevistas e observação, permitiram uma análise crítica da evolução do espaço na localidade. Essa transformação reflete um processo contínuo, guiado por políticas de desenvolvimento *rodoviarista* que desconsideraram a estrutura urbana e social previamente existente. A conformação atual, resultado de intervenções sucessivas passando por diferentes governos e interesses para a região, reflete uma

desconexão entre as decisões institucionais e os anseios da antiga comunidade desapropriada, bem como para as novas comunidades formadas, em suas diferentes características, que enfrentam desafios de apropriação e uso, lidando com um espaço moldado por prioridades distantes das vivências e às necessidades coletivas.

Como também desenvolvido nos capítulos anteriores, a disposição urbana e os elementos arquitetônicos, como ruas, praças e marcos distintivos, têm papel fundamental na interação entre os indivíduos e o ambiente. Esses fatores influenciam diretamente a sensação de segurança, conforto e a facilidade de orientação no espaço. A presença de edifícios icônicos e áreas providas de memórias para a construção de uma identidade coletiva, evocando vínculos afetivos. Assim, a supressão dessas referências, não apenas impactam as comunidades que compartilham esse senso de pertencimento, mas a própria conexão com o passado da cidade de Belo Horizonte.

A configuração atual do espaço na região revela uma espacialidade fragmentada e pouco acolhedora, resultado da superposição de infraestruturas viárias sucessivas que definiram a avenida Presidente Antônio Carlos e o Anel Rodoviário. Caracterizado por galpões industriais e ocupações irregulares nas lacunas criadas pelo próprio poder público, o espaço, hoje Praça Rodrigo e Campos, é dominado por fluxos de trânsito rápido, o que condiciona esse que é um “não-lugar”, com acessibilidade dificultada enquanto a ausência de infraestrutura apropriada ao uso reforça a desconexão entre o ambiente físico e a comunidade hoje transformada, afetando a percepção, o comportamento e as interações locais.

A paisagem atual dos bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco é marcada pelos impactos das intervenções viárias, com evidente ausência de infraestrutura adequada e de espaços públicos que promovam apropriação coletiva. A avenida Presidente Antônio Carlos, em especial, passou por transformações substanciais para atender ao desenvolvimento do eixo norte de Belo Horizonte, resultando em extensas áreas subutilizadas e paredões vestigiais das desocupações mais recentes. Essa configuração reforça uma atmosfera de desconexão, comprometendo o vínculo das comunidades estabelecidas após esses processos com o ambiente urbano (Figuras 36 a 42).

Figura 36: Vista para a área hoje caracterizada por ocupações.



Fonte: autoria própria, 2024.

Figura 37: Nas desapropriações mais recentes, alargamento da avenida Presidente Antônio Carlos, áreas subutilizadas.



Fonte: autoria própria, 2024.

Figura 38: No entorno, algumas das antigas edificações ainda presentes, sem informações sobre os proprietários.



Fonte: autoria própria, 2024.

Figura 39: Área do retorno do anel subutilizada e ocupações que se consolidaram após as desapropriações.



Fonte: autoria própria, 2024.

Figura 40: Área onde localizada a antiga Praça São Francisco de Assis.



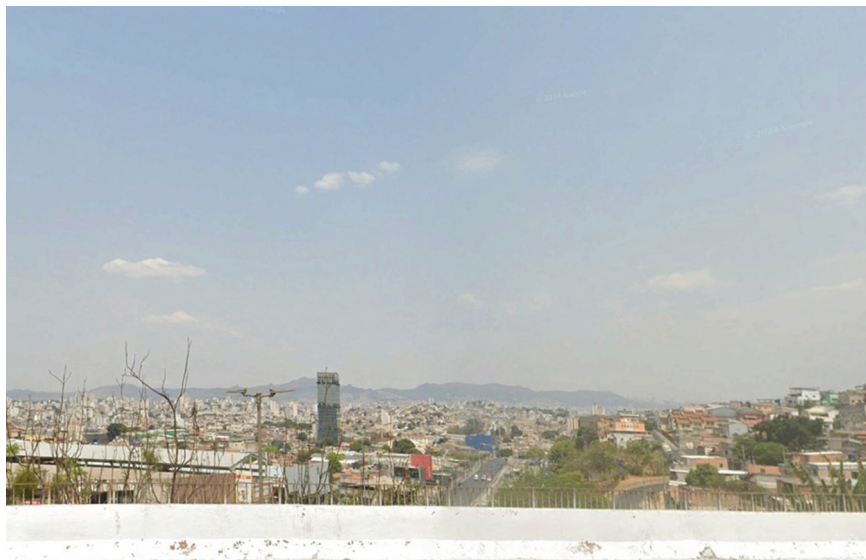
Fonte: autoria própria, 2024.

Figura 41: Vista para o Viaduto São Francisco a partir da avenida Presidente Antônio Carlos, Estação Cachoeirinha.



Fonte: autoria própria, 2024.

Figura 42: Vista atual para o Centro de Belo Horizonte. Ao fundo, a Serra do Curral.



Fonte: *Google Street View*, 2024.

O bairro Cachoeirinha, historicamente associado à ocupação popular, no marco da Fábrica do Cachoeirinha para a região, contemplando também os bairros Nova Cachoeirinha e São Francisco, tem no crescimento e expansão de Belo Horizonte reflexos dos desafios enfrentados na implementação de regulamentações e na mediação entre demandas comunitárias e políticas públicas, comum ao modelo de desenvolvimento urbano do Brasil no século XX.

Se as experiências individuais estão intrinsecamente ligadas às narrativas coletivas e às memórias compartilhadas do espaço urbano, as interações, percepções e vivências pessoais desempenham um papel fundamental na construção de uma noção de história e patrimônio. Essas vivências refletem a própria imagem do espaço urbano, orientando comportamentos como pertencimento, curiosidade histórica e apego emocional. Novas histórias e memórias podem surgir a partir de vivências contemporâneas, adicionando camadas à narrativa coletiva existente, mas que, nesse caso, ainda enfrentam desafios no registro e reconhecimento formal, reforçando a necessidade de resgate desse e de outros patrimônios periféricos, marginais, mesmo para que sejam estabelecidas perspectivas para o desenvolvimento urbano.

5. DESDOBRAMENTOS NAS COMUNIDADES DOS BAIROS CACHOEIRINHA, NOVA CACHOEIRINHA E SÃO FRANCISCO

A história das comunidades de Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco é marcada por transformações urbanísticas que refletem a falta de planejamento participativo e de consideração às suas memórias e identidades – uma realidade comum ao desenvolvimento urbano brasileiro no século XX. A perda de marcos históricos, como a Praça São Francisco de Assis, a igreja e o Grupo Escolar Juscelino Kubitschek, não apenas apagou referências físicas, mas fragmentou os laços sociais e culturais que sustentavam essas comunidades.

A construção das identidades desses bairros está ligada às experiências comunitárias e à utilização simbólica de seus espaços históricos. No entanto, a perda desse local significativo desarticulou parte não só a própria estrutura da antiga comunidade como também afetou a identidade de forma a comprometer a continuidade dessas memórias, não na falta da materialidade enquanto arquitetura, mas na própria falta da documentação que possibilitaria envolvimento maior para as próximas gerações. A continuidade das memórias individuais e coletivas se mantém, evidenciando uma resistência simbólica através de narrativas e memórias compartilhadas. O senso de pertencimento, embora enfraquecido, persiste entre aqueles que compartilham histórias e recordações dos eventos cotidianos que moldaram suas identidades.

Nesse sentido, é essencial destacar o papel central da religiosidade para as comunidades remanescentes, especialmente nos processos de coesão e reorganização social. A Igreja Católica nessas comunidades se destacou como referência para essas novas estruturas comunitárias, atuando como ponto de convergência que reforçaram laços e resgataram essas memórias coletivas. Pode-se dizer que a cisão dessas comunidades nos processos de transformação da avenida Presidente Antônio Carlos e Anel Rodoviário, com evidentes barreiras formadas pelo projeto urbano para a área, teve resposta principalmente nas igrejas, como a Paróquia São Francisco, a Comunidade Nossa Senhora Aparecida, a Paróquia Santa Inês e a Comunidade Divino Espírito Santo, que se mostraram fundamentais para reconstituir vínculos e promover novas dinâmicas de integração social.

A continuidade dessas relações, alinhada ao contexto urbano contemporâneo, representa, ainda que de forma fragmentada entre as comunidades, uma estratégia vital para reconstruir os laços históricos e fortalecer a identidade coletiva desses bairros afetados pelas mudanças urbanísticas. As práticas religiosas e comunitárias nas igrejas funcionam, assim, não apenas como nas práticas espirituais, mas, como deve também ser reconhecido, como dispositivos sociais de apoio, solidariedade e reconstrução da história compartilhada. Assim, a reorganização da vida social em torno das igrejas e suas práticas embora não tenha suprido a ausência de referências físicas importantes, foram criados novos significados e narrativas para as novas comunidades.

A Paróquia São Francisco se destaca, muito em função de exercer ainda a memória institucional ligada à antiga igreja dedicada ao mesmo santo padroeiro, servindo como o principal elo simbólico entre o passado e o presente das comunidades afetadas. A celebração dos 65 anos da paróquia, realizada em 2024, com as imagens da antiga Praça São Francisco de Assis e da própria igreja, reforça essa busca por resgatar e reconstruir as narrativas históricas e afetivas da região. Um dos entrevistados³⁴ desempenha um papel de grande relevância nesse processo, com sua dedicação e ações constantes voltadas para as pesquisas iconográficas na preservação da identidade comunitária, além de promover diálogos e iniciativas que reativam os laços de pertencimento e memória entre os antigos moradores e frequentadores.

Cada um dos entrevistados apresentou suas perspectivas que se complementam ao abordar suas experiências e memórias individuais e coletivas. Essas vivências nos espaços compartilhados ao longo do tempo contribuíram para a construção de um senso de pertencimento que, embora afetado pelas transformações urbanísticas, permanece presente. Tradições religiosas, atividades cotidianas e laços de vizinhança desempenharam papéis fundamentais na formação dessas memórias afetivas e na conexão entre antigos moradores e frequentadores, vínculos de amizade mantidos. Apesar das mudanças, esses relatos demonstram a resistência das histórias locais e o impacto duradouro das experiências compartilhadas no imaginário coletivo da região e que é importante para a própria compreensão da cidade de Belo Horizonte.

³⁴Entrevistado 1, 68 anos.

Embora o contato inicial promovido por esta pesquisa com as comunidades seja considerado relevante, com resultados satisfatórios, ele foi limitado à Paróquia São Francisco e à Comunidade Divino Espírito Santo. É, assim, evidente a necessidade de ampliar o escopo incluindo as perspectivas das demais comunidades que têm origem comum na antiga comunidade da Praça São Francisco de Assis, uma vez identificada a centralidade da influência católica que organizou essas novas relações sociais mantendo expoentes da história e da memória.

O estudo da Praça São Francisco de Assis, bem como de outros elementos simbólicos e referências que conformaram esse lugar, revela uma necessidade mais ampla: o resgate da memória como um ato político e social. A preservação dessas memórias não é apenas um exercício acadêmico, mas uma forma de valorizar essas comunidades e suas memórias, entendendo o direito à memória como um direito fundamental. A continuidade dessa abordagem abre espaço para reconstruir vínculos e estabelecer diálogos mais inclusivos entre as comunidades e o espaço urbano.

O mapeamento dessas histórias e experiências, através de abordagens participativas, pode contribuir para a recuperação, ainda que limitada a documental, ou a revitalização de espaços urbanos e para a construção de novos significados, reforçando laços afetivos e históricos. Além disso, esse resgate fortalece o compromisso com práticas urbanas mais sensíveis e sustentáveis, contribuindo para políticas públicas que respeitem a diversidade cultural e os saberes locais.

O resgate das memórias locais, enfatizado ao longo desta pesquisa, torna-se fundamental para restabelecer esses vínculos e compreender como a cidade foi moldada não apenas por sua infraestrutura, mas também pelas experiências vividas por seus moradores.

Nesse sentido, a hipótese inicial de que a salvaguarda dessas memórias poderia contribuir para a reconstrução de uma espacialidade mais inclusiva confirma-se como um caminho relevante para a revitalização de espaços que, embora fisicamente transformados, ainda carregam significados.

A continuidade desta pesquisa é essencial para aprofundar o entendimento sobre o impacto das transformações urbanísticas no patrimônio cultural dessas comunidades. O mapeamento de outras memórias, além de ampliar a base de

dados já coletada, pode permitir o desenvolvimento de propostas para a preservação da memória histórica, a revitalização de espaços públicos e o fortalecimento das identidades locais, buscando outras perspectivas a serem abordadas e questões a serem respondidas.

Através de registros pessoais de experiências e memórias, torna-se possível e necessário transmitir as vivências subjetivas, as narrativas e as percepções dos moradores, ainda que fragmentadas, como peças de um quebra-cabeça que exige continuidade na construção coletiva da memória da cidade de Belo Horizonte. Essa abordagem permite que as experiências dos moradores sejam consideradas no planejamento urbano e nas decisões políticas, promovendo justiça social e integrando as diversas vozes que compõem a cidade.

Ao integrar dados objetivos, observações diretas e experiências subjetivas, este trabalho oferece um panorama sobre esse recorte histórico e os desafios enfrentados pela região ao longo dos anos, contribuindo para orientar estudos e ações presentes e futuras em direção a um desenvolvimento urbano mais sensível, sustentável e inclusivo.

A Praça São Francisco de Assis, como mostrado, é um estudo de caso relevante no contexto local e da própria Belo Horizonte. Sua história de formação e desenvolvimento reflete o patrimônio cultural e identitário da cidade, tendo desempenhado um papel fundamental na ocupação e no crescimento das comunidades durante a expansão da capital mineira. Concebida como uma das zonas de industrialização, atendendo às necessidades do desenvolvimento conflitante da cidade e integrando o eixo norte em direção ao planejado complexo de lazer da região da Pampulha, a praça acolheu famílias de diferentes origens, consolidando uma organização predominantemente operária, mas que se diversificou. Assim, a Praça São Francisco de Assis não é apenas um importante marco perdido da paisagem urbana, mas também um símbolo da diversidade cultural e da riqueza humana presentes nas comunidades dos bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco, que buscam o reconhecimento desse conjunto arquitetônico e paisagístico na história de Belo Horizonte.

Como evidenciado, a transformação de um espaço urbano com o apagamento de suas referências não se limita ao espaço físico, mas também implica a eliminação das memórias e dos significados atribuídos a ele pelos indivíduos e coletivos que o

vivenciaram. Esse fenômeno transcende questões meramente estéticas, arquitetônicas ou urbanísticas, revelando implicações sociais e políticas profundas, pois ameaça o direito fundamental dos cidadãos de manterem suas memórias vivas e acessíveis.

Como desenvolvido nos capítulos anteriores, a disposição urbana e os elementos arquitetônicos – como ruas, praças e marcos distintivos – têm um papel fundamental na interação entre indivíduos e ambiente. Esses fatores influenciam diretamente a sensação de segurança, conforto e orientação no espaço. A presença de edifícios icônicos e áreas carregadas de memórias contribui para a construção de uma identidade coletiva, evocando esses vínculos afetivos. Dessa forma, a supressão dessas referências não apenas impacta as comunidades que compartilham um senso de pertencimento, mas também a conexão da cidade de Belo Horizonte com seu próprio passado.

Os dados obtidos permitiram uma análise crítica da evolução do espaço na localidade. Essa transformação reflete um processo contínuo, guiado por políticas de desenvolvimento *rodoviarista* que desconsideraram a estrutura urbana e social preexistente. A conformação atual, resultado de intervenções sucessivas sob diferentes governos e interesses, evidencia uma desconexão entre as decisões institucionais e os anseios tanto da antiga comunidade desapropriada quanto das novas comunidades formadas. Estas enfrentam desafios de apropriação e uso, lidando com um espaço moldado por prioridades distantes de suas vivências e necessidades cotidianas.

As memórias resgatadas pela comunidade da Praça São Francisco, hoje dividida em novas comunidades, oferecem um contraponto (Figura 43). Elas funcionam, ao mesmo tempo, como formas de resistência e ferramentas de reconstrução identitária. As lembranças coletadas destacam aspectos que transcendem o espaço físico, como a importância da escola, da igreja local e do cotidiano que organizava a vida social. Esses espaços, mesmo quando destruídos ou descaracterizados, continuam a ocupar um lugar central nas memórias individuais e coletivas.

Figura 43: História do arquitetônico e paisagístico da Praça São Francisco de Assis na atual igreja no bairro São Francisco é compartilhada na comemoração dos 65 anos da Paróquia.



Fonte: Paróquia São Francisco,
<[instagram.com/paroquiasaofranciscobh](https://www.instagram.com/paroquiasaofranciscobh)>, 2024.

Enquanto os antigos moradores e frequentadores em comum relatam uma sensação de perda de identidade e apagamento devido ao processo de desenvolvimento urbano, os documentos oficiais, como planos diretores e regulamentos urbanos, frequentemente apresentam a urbanização como um processo necessário e inevitável, maior que implicações sociais e culturais. Esse contraste revela não apenas um não reconhecimento institucional, mas também um padrão onde as comunidades são relegadas a um segundo plano, desprovidas de representatividade nas políticas urbanas.

Apesar dessa desconexão, a fragmentação geográfica da comunidade após a perda dos marcos físicos não rompeu completamente os laços entre os antigos moradores. As histórias compartilhadas funcionam como fios condutores de uma memória comum, mantendo vivos no imaginário coletivo os eventos significativos ou cotidianos, celebrações e até tragédias. Esses relatos são fundamentais para preservar elementos da identidade e garantir a coesão social.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi possível observar que ainda persiste uma relação transitiva entre as diferentes comunidades formadas a

partir da antiga comunidade. Essas trocas simbólicas desempenham um papel essencial na preservação de elementos identitários, ainda que de forma diluída. O comparecimento de indivíduos de uma comunidade a missas realizadas em outras, a participação em ritos como a comunhão aos enfermos e a presença em festas e celebrações revelam esses laços sociais e culturais, reforçando as conexões mesmo após as transformações urbanas que implicaram a perda da referência material da Praça São Francisco de Assis.

Por fim, foi importante o reconhecimento da comunidade a esta pesquisa que demonstrou expectativas de que a investigação conte sua história e contribua para a valorização da memória local para que a Praça São Francisco de Assis não caia no esquecimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi, acima de tudo, um exercício de descoberta e reflexão sobre uma paisagem urbana antes pouco explorada pelo autor, revelando histórias e afetividades que transcendem a materialidade e são intrínsecas às memórias individuais e coletivas de uma comunidade marcada pela fragmentação. Mesmo diante da divisão territorial e social, essas memórias persistem, sendo sustentadas de formas distintas em um patrimônio imaterial que resiste à perda do espaço físico.

A centralidade histórica e social da Praça São Francisco de Assis, outrora o coração simbólico das comunidades dos bairros Cachoeirinha, Nova Cachoeirinha e São Francisco, emerge como um eixo significativo deste estudo. A praça e seus equipamentos, como a Igreja São Francisco de Assis e o Grupo Escolar Juscelino Kubitschek, não representavam apenas estruturas físicas, mas também vínculos relevantes que definiam o pertencimento comunitário, mediando as interações sociais e as vivências cotidianas. Sua ausência, resultante de um modelo de urbanização que privilegiou a infraestrutura viária em desconexão às demandas comunitárias, deixou um vazio não apenas físico, mas emocional, com impactos sobre a continuidade histórica da antiga comunidade e das comunidades hoje remanescentes.

Essa leitura expõe as construções das percepções sobre a paisagem e o próprio cotidiano, na vivência de mudanças tão abruptas e sistemáticas que afetam as próprias realidades individuais e coletivas, com consequências às memórias e referências sobre o lugar ou o que restou do lugar.

Embora a Praça São Francisco de Assis tenha sido apagada do tecido urbano, sua ausência persiste como um vazio que ecoa a falta de um planejamento urbano que respeite a história e as demandas das comunidades locais. A evidente indiferença do poder público ao longo dos anos, aliada à imposição de um modelo urbanístico que privilegiou a infraestrutura viária em nome de um suposto desenvolvimento econômico, relegou o valor simbólico e social desses espaços ao esquecimento pela cidade de Belo Horizonte.

Apesar da perda material da Praça São Francisco de Assis, o resgate das memórias dos moradores foi essencial para compreender as dinâmicas e significados associados ao território. O levantamento das histórias orais e a documentação das

vivências individuais e coletivas permitiram preservar camadas importantes da história da região, que de outra forma seriam esquecidas. Dessa forma, essa iniciativa não apenas contribui para a valorização de um passado, mas também lançou luz sobre a importância do registro da memória como ferramenta de resistência cultural e reconhecimento histórico.

Os objetivos deste trabalho foram pautados por uma abordagem orientada pela valorização da memória e da participação comunitária. O objetivo geral de propor um método para salvaguardar a memória por meio de representações individuais e coletivas foi alcançado, transcendendo tanto quanto possível evidenciando a viabilidade de reconstruir uma espacialidade simbólica, mesmo em um contexto de perdas materiais irreversíveis.

A pesquisa reafirma que o espaço urbano não deve ser tratado apenas como uma configuração física, mas como um território de significados sociais, culturais e históricos que influenciam a vivência das pessoas e as dinâmicas comunitárias locais, devendo reconhecer e documentar essas histórias como parte integrante da memória coletiva da cidade de Belo Horizonte. A integração dessas narrativas ao planejamento urbano futuro pode oferecer caminhos mais justos e sustentáveis para outras áreas em situação semelhante.

Pesquisas complementares, e necessárias, podem aprofundar o mapeamento das histórias locais, explorar novas formas de articular a memória coletiva com políticas públicas e promover projetos que integrem comunidades ao debate sobre a preservação do patrimônio. Além disso, parcerias com instituições culturais e acadêmicas poderiam ampliar o impacto desse trabalho, gerando ações mais concretas para registrar e valorizar o patrimônio imaterial da cidade.

O resgate das memórias vinculadas à Praça São Francisco de Assis e à região como um todo contribui para preencher as lacunas deixadas pelas transformações urbanas e aqui evidenciadas. Este trabalho reafirma que preservar a memória é uma forma de garantir que a história das comunidades continue a ser contada, e que os valores e vivências das pessoas que ali viveram não sejam apagados. Assim, a pesquisa não apenas ilumina esse passado, mas também oferece uma base para um futuro mais conectado às raízes históricas de Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. 443 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu (Org.). *Patrimônio, território e modo de vida*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012. 404 p.

ARAÚJO, Wânia Maria de. *Na tessitura da memória: narrativas do bairro Cachoeirinha*. 2010. 238 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2010.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Dossiê de Tombamento Conjunto Residencial São Cristóvão – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI)*. Belo Horizonte: Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, 2007.

_____. *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Nordeste*. Coordenação: Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008a. 62 p.

_____. *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Noroeste*. Coordenação: Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008b. 62 p.

_____. *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Pampulha*. Coordenação: Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008c. 62 p.

_____. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: Plambel, 1979. 2v. p. 14.

_____. *Prestação de contas do executivo municipal relativa ao exercício de 1954 – encaminhada à egrégia Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955 [Sebastião de Brito]*. Belo Horizonte, 1955. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1954-l-Sebastiao-de-Brito.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. *Relatório de 1953 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo René Giannetti*. Belo Horizonte, 1954. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1953-vol1-Americo-Rene-Giannetti.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. *Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek Oliveira para o Governador Benedicto Valladares Ribeiro [título atribuído], 1940-1941*. Belo Horizonte, 1941. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1940-1941-Juscelino-Kubitschek-de-Oliveira_0.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. *Relatórios apresentados ao prefeito pelos diretores e chefes de serviço da Prefeitura de Belo Horizonte em outubro de 1930*. Belo Horizonte, 1930. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1929-1930%20Luiz%20Barbosa%20Gon%C3%A7alves%20Penna.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2024.

BERNARDES, Brenda Melo. *Memória, cotidiano e as propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha em Belo Horizonte – MG: múltiplas visões de um mesmo lugar*. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 out. 2024.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo; Belo Horizonte: Anablume; IEDS, 2009. 379 p.

CRESWELL, John W. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 5ª ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

CUNHA, Erika Jorge Rodrigues; LEMOS, Celina Borges. *A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios*. Educ. Tecnol., Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 32-42, jan./abr. 2008.

FREIRE, Cíntia. *Cotidiano, Memória e Identidade: o Bairro Lagoinha (Belo Horizonte, MG) na voz dos seus moradores*. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

IPHAN. *Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de aplicação*. Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016. 134 p.

_____. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. 156 p.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.

LÖWY, Michael. A cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes. In: *Revista Margem Esquerda 8*. Dossiê: Violência urbana. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução: Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1982. 208 p.

- MACEDO, Danilo Matoso. *Da matéria à invenção: as obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais, 1938-1955* [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. 528 p.
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017. 185 p.
- MARSHALL, Catherine; ROSSMAN, Gretchen B. *Designing Qualitative Research*. 6ª ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.
- MINAS GERAIS. *Decreto nº 3.508, de 21 de dezembro de 1950*. Consolida as leis e decretos do ensino primário e contém outras disposições. Revogado pela Lei nº 2.610, de 8 de janeiro de 1962. Diário Oficial do Estado, Belo Horizonte, 21 dez. 1950.
- _____. *Decreto nº 3.802, de 18 de junho de 1952*. Transforma em Grupo Escolar as Escolas Reunidas da Vila São Francisco, do quadro B da Capital. Diário Oficial do Estado, Belo Horizonte, 18 jun. 1952.
- MORGAN, David L. *Focus Groups as Qualitative Research*. Vol. 16. 2ª ed. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc, 1996. 88 p.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução: Eliane Lisboa. 5ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 120 p.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Houry. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História*, v. 10, jul./dez. 1993.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci: towards a Phenomenology of Architecture*. 1ª ed. New York: Rizzoli, 1979. 216 p.
- PASSOS, Daniela Oliveira Ramos. A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova capital mineira. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 1, n. 2, ago./dez. 2009, p. 37-52.
- QUEIROGA, Daniel Silva. *Nossas ruas, nosso patrimônio (in)visível: dicionário toponímico da região da Lagoinha*. Belo Horizonte: IEDS – Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável, 2021. 465 p.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, 2015. 351 f. Tese de Livre-Docência – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, USP, 2015.
- SANT'ANNA, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35. Brasília: IPHAN, 2017.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SILVA, Emanuely Mylena Velozo. A importância do inventário participativo na preservação do patrimônio cultural. *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, v. 5, n. 8, jan./jun. 2020.

SILVA, Geraldo Ângelo. *Arquitetura escolar em Minas Gerais: a experiência da CARPE*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2016. 175 f.

UNESCO. *Recomendação sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

WEISS, Robert S. *Learning From Strangers: the Art and Method of Qualitative Interview Studies*. 2ª ed. New York: Free Press, 1995. 246 p.

Anexo A – Aerocarta, 1953.

A avenida Pampulha, ainda sem o Viaduto São Francisco que viria a ser localizado no ponto de encontro entre a rua Santa Ana, à esquerda e a rua Tavares de Melo à direita. Fonte: Acervo Cartográfico e Geográfico PBH, PRODABEL, 2024. [folha 19]. Escala indicada.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

ADMINISTRAÇÃO AMÉRICO RENÉ GIANNETTI

1953

FÓLHA 19

0 500m



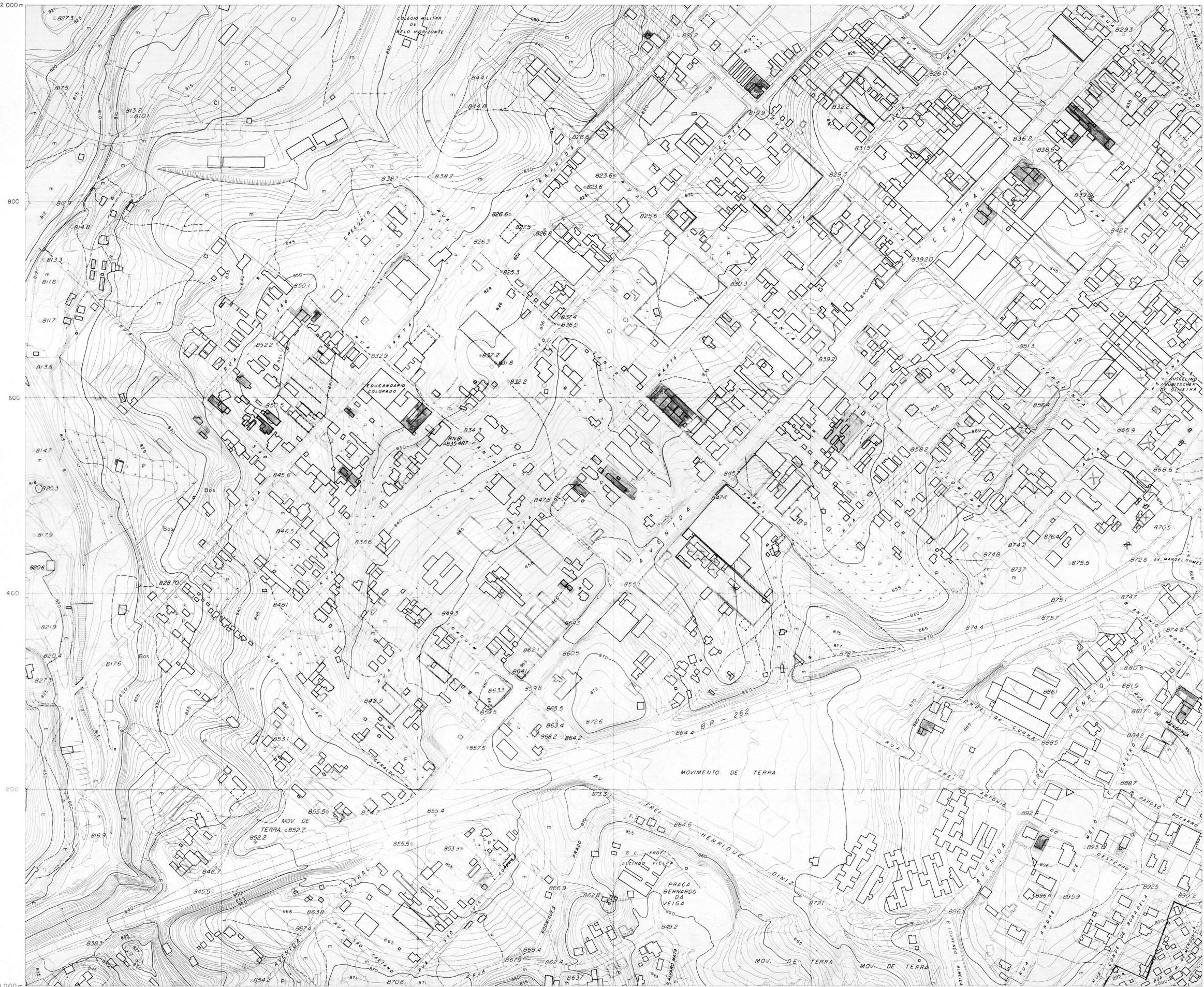
13	14	15
18	19	20

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO
Executado para a Prefeitura de Belo Horizonte
por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.

Anexo B – Aerocarta, 1972.

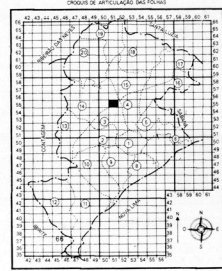
0 200m

7 802 000 m



7 801 000 m

608 400 m 600 900 000 200 400 609 600 m



50 - 56	51 - 56	52 - 56
50 - 55	51 - 55	52 - 55
50 - 54	51 - 54	52 - 54

CONVENÇÕES

- | | | | |
|--|---------------------|--|---------------------|
| | Aeroporto | | Encanamento |
| | Cemitério | | Praça |
| | Aterro | | Estrada de primeira |
| | Alagado | | Estrada de segunda |
| | Árvores e Palmeiras | | Estrada de ferro |
| | Areia | | Igreja |
| | Bananal | | Linha indefinida |
| | Barranco ou corte | | Linha de energia |
| | Bosque | | Lagoa |
| | Bueiro | | Meio-fio |
| | Caminho | | Monumento |
| | Linha divisória | | Moto |
| | Casa | | Macieira |
| | Construção ou ruína | | Orla |
| | Cultura | | Pomar |
| | Coixas d'água | | Ponte |
| | Curvas de nível | | Pinheira |
| | Referência de nível | | Pastes |
| | Taipia | | Praça de esportes |
| | Torres de rádio | | Pedra |
| | Vela | | Represa |
| | Vértice | | Rio |
| | Ponto de campo | | |
| | Ponto de aparelho | | |

ATUALIZADA					
EM					

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
 ADMINISTRAÇÃO OSWALDO PIERUCCETTI

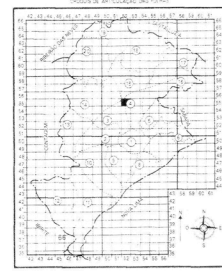
CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO	FOLHA Nº
DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	51 - 55
EXECUTADO POR	ESCALA
SERVIÇOS AEROFOTOGRAMÉTRICOS CRUZEIRO DO SUL S. A.	DATA
	1972/73

Anexo C – Aerocarta, 1972.

A avenida Presidente Antônio Carlos, já presentes o Viaduto São Francisco e a Praça São Francisco de Assis. Fonte: Acervo Cartográfico e Geográfico PBH, PRODABEL, 2024. [52-55].Escala indicada.

0 200m



51-56	52-56	53-56
51-55	52-55	53-55
51-54	52-54	53-54

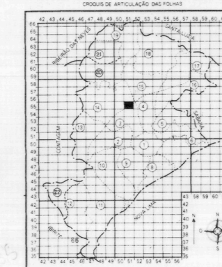
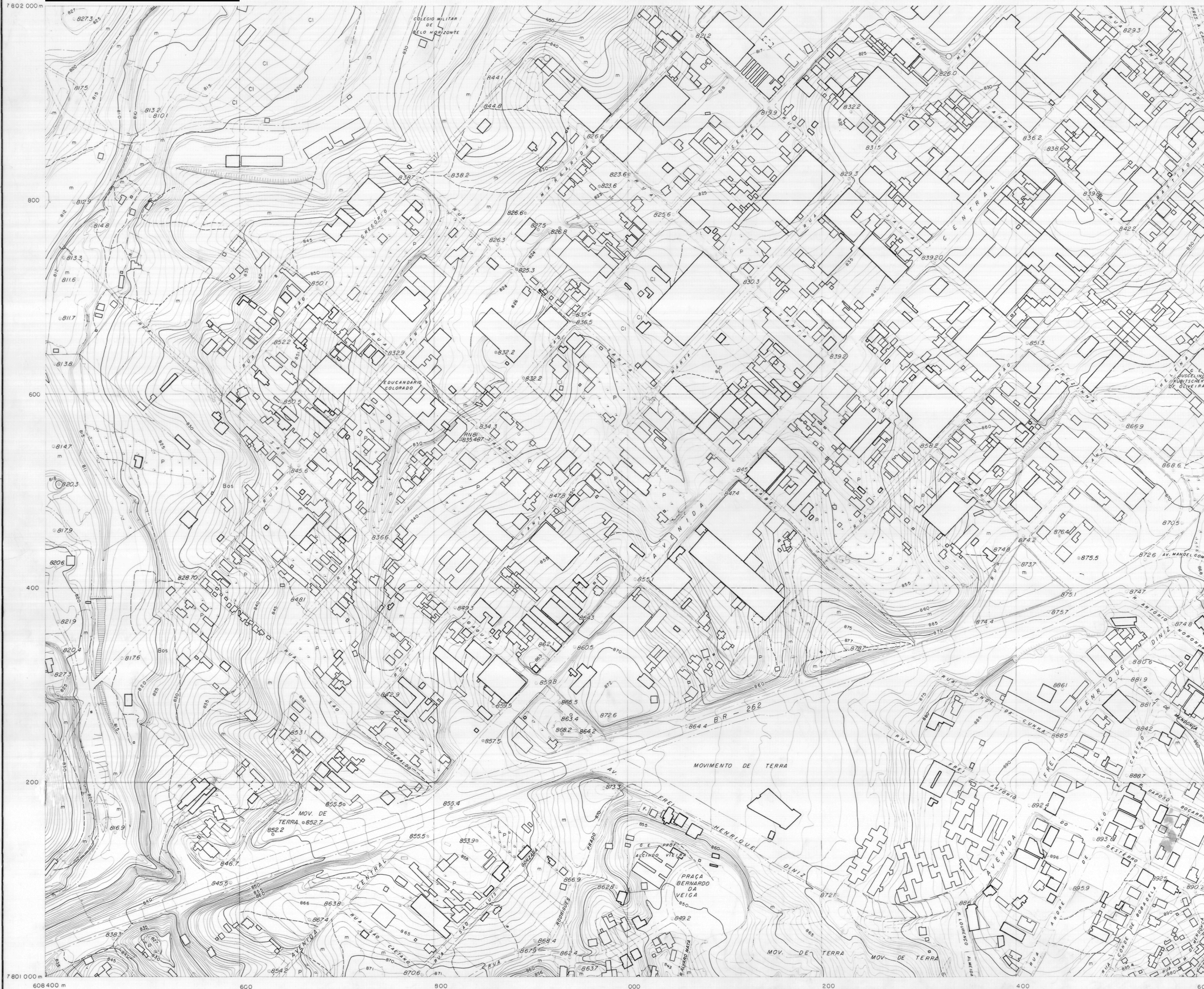
CONVENÇÕES

- | | | | |
|--|---------------------|--|---------------------|
| | Aeroporto | | Encanamento |
| | Aterro | | Cemitério |
| | Alagado | | Praça |
| | Árvores e Palmeiras | | Estrada de primeira |
| | Areia | | Estrada de segunda |
| | Ban | | Estrada de ferro |
| | Bananal | | Igreja |
| | Barranco ou corte | | Linha indefinida |
| | Bosque | | Linha de energia |
| | Bueiro | | Lagoa |
| | Caminho | | Meio-fio |
| | Linha divisória | | Monumento |
| | Canal | | Mato |
| | Cosa | | Moçoço |
| | Construção ou ruína | | Orla |
| | Cultura | | Pomar |
| | Caixas d'água | | Ponte |
| | Curvas de nível | | Pinheira |
| | Referência de nível | | Postes |
| | Torres de rádio | | Praça de esportes |
| | Vela | | Pedra |
| | Vértice | | Represa |
| | Ponto de campo | | Rio |
| | Ponto de aparelho | | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE ADMINISTRAÇÃO OSWALDO PIERUCCETTI	
CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	
LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	FOLHA Nº 52-55 ESCALA
EXECUTADO POR SERVIÇOS AEROFOTOGRAMÉTRICOS CRUZEIRO DO SUL S. A.	DATA 1972/73

Anexo D – Aerocarta, 1979.

0 200m



50-56	51-56	52-56
50-55	51-55	52-55
50-54	51-54	52-54

CONVENÇÕES

- | | | | |
|--|---------------------|--|---------------------|
| | Aeroporto | | Encanamento |
| | Aterro | | Cemitério |
| | Alagado | | Praça |
| | Árvores e Palmeiras | | Estrada de primeira |
| | Areia | | Estrada de segunda |
| | Ban | | Estrada de ferro |
| | Barranco ou corte | | Igreja |
| | Bosque | | Linha indefinida |
| | Buero | | Linha de energia |
| | Caminho | | Lagoa |
| | Canal | | Meio-fio |
| | Casa | | Monumento |
| | Construção ou ruína | | Moto |
| | Cultura | | Macega |
| | Caixa-d'água | | Orio |
| | Curvas de nível | | Pomar |
| | Referência de nível | | Ponte |
| | Taipá | | Pinguela |
| | Torres de rádio | | Postes |
| | Vaia | | Praça de esportes |
| | Vértice | | Pedra |
| | Ponto de campo | | Represo |
| | Ponto de aparelho | | Rio |

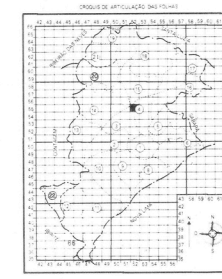
ATUALIZADA EM	15 / 01 / 79	ADMINISTRAÇÃO	LUIZ VERANO
---------------	--------------	---------------	-------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
 ADMINISTRAÇÃO OSWALDO PIERUCETTI
 CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	FOLHA Nº 51-55
EXECUTADO POR SERVIÇOS AEROFOTOGRAMÉTRICOS CRUZEIRO DO SUL S. A.	ESCALA
	DATA 1972/73

Anexo E – Aerocarta, 1979.

0 200m



51 - 56	52 - 56	53 - 56
51 - 55	52 - 55	53 - 55
51 - 54	52 - 54	53 - 54

CONVENÇÕES

- Aeroporto
- Aterro
- Alagado
- Árvores e Palmeiras
- Área
- Bananal
- Banheiro
- Barranco ou corte
- Bosque
- Bueiro
- Caminho
- Linha divisória
- Canal
- Casa
- Construção ou ruína
- Cultura
- Caixas d'água
- Curvas de nível
- Referência de nível
- Torres de rádio
- Voão
- Vértice
- Ponto de campo
- Ponto de aparelho
- Encanamento
- Cemitério
- Praça
- Estrada de primeira
- Estrada de segunda
- Estrada de ferro
- Igreja
- Linha indefinida
- Linha de energia
- Lagoa
- Meio-fio
- Monumento
- Mato
- Macega
- Orla
- Pomar
- Ponte
- Pingueta
- Postes
- Praça de esportes
- Pedra
- Represa
- Rio

ATUALIZADA EM	15 / 04 / 79	ADMINISTRAÇÃO	LUIZ VERANO
---------------	--------------	---------------	-------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
 ADMINISTRAÇÃO OSWALDO PIERRUCCI
 CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	FOLHA Nº 52-55
EXECUTADO POR SERVIÇOS AEROFOTOGRAMÉTRICOS CRUZEIRO DO SUL S. A.	DATA 1972/73

Anexo F – Planta de Edificações, 1986.

Anexo G – Planta de Edificações, 1986.

